

Os dois primeiros capítulos da protohistória cearense

Th. Pompeu Sobrinho

Primeiro Capítulo

SUMÁRIO:— *O descobrimento da América e das costas de Pária. A expedição espanhola de Vicente Yáñez Pinzón e a Ponta-Grossa, no Ceará. A expedição de Diogo de Lepe e o Mucuripe. O descobrimento do Brasil pelos espanhóis. Alguns historiadores portugueses impugnam este acontecimento. Controvérsias. Pinzón cruza o Equador, e o caso do desaparecimento da estrela Polar. O planisfério de Juan de La Cosa, sua autenticidade e o descobrimento do Ceará. O cabo de Santa Maria de La Consolación não é o cabo de Santo-Agostinho, em Pernambuco, mas a Ponta-Grossa, no Ceará. A data do descobrimento do Ceará. As costas descobertas por Pinzón, sua extensão e direção. A penúria de topônimos e inscrições de Pinzón e Lepe; o achado do Maranhão. O diploma de Carlos V, em 1515. A expedição de Lepe.*

Pretendendo chegar à Ásia, viajando para o ocidente, Cristóvão Colombo, no dia 12 de Outubro de 1492, aportou numa pequena ilha americana do grupo das *Baamas*, que os nativos chamavam QUANAANÍ e os ingleses agora denominam WATLING, mas que o descobridor logo batizou com o sugestivo nome de SÃO-SALVADOR.

Por motivos exclusivamente geográficos — posição, forma, orientação e extensão do continente ocidental —, a tentativa de realizar o seu sonho levaria fatalmente o grande nauta genovês ao descobrimento de um novo e insuspeitado mundo. Colombo, entretanto, quando morreu, 14 anos depois, ainda julgava haver alcançado a Ásia, despercebido da enorme importância econômica, histórica e social do seu grande e memorável feito, desvendando um continente.

A serviço da Espanha, de cujos reis houvera autorização, prestígio e algum recurso, equipou três pequenas caravelas no

pôrto de Palos e, na madrugada de 3 de Agosto de 1492, a bordo da maior das suas embarcações, a SANTA-MARIA, deixou aquele pôrto, levando como piloto e práctico em cartas de marear Juan de La Cosa. O capitão do mais veloz dos navios da frotilha, a PINTA, era *Martin Alonso Pinzón*, que tinha como piloto seu irmão Francisco. A menor das três caravelas, a NIÑA, fôra confiada aos cuidados e experiências de VICENTE YAÑEZ PINZÓN.

Êstes três Pinzóns eram membros proeminentes de uma tradicional família de notáveis marinheiros de Palos (Huelvas). Ricos proprietários de barcos, exploravam o tráfego marítimo, estendendo o comércio de Espanha a muitas cidades européias e a algumas da África portuguesa. Pelas suas excelentes qualidades de caráter, pelos seus recursos financeiros, pelos seus conhecimentos náuticos e larga popularidade, estavam naturalmente indicados para participar das glórias de Colombo, que altamente os distinguira, confiando-lhes cargos de grande responsabilidade na frota. Constituíam em Espanha as pessoas melhormente habilitadas para auxiliar eficientemente o inspirado genovês, na organização técnica e material da empresa e na condução da sensacional derrota.

Seis anos depois da primeira viagem de Colombo, chegaram à Península e divulgaram-se rapidamente o descobrimento das famosas costas de PÁRIA com as suas fantásticas riquezas e a lenda da esplêndida formosura da região, aguçando as ambições já excitadas dos nautas da Ibéria, para quem os receios dos mares ignotos não mais representavam intransponíveis obstáculos.

Surgiram conseqüentemente algumas ousadas empresas marítimas, mais ou menos bem equipadas, que se propunham dilatar os descobrimentos espanhóis pelas costas continentais do Novo Mundo, ou melhor das Índias Ocidentais. Homens que haviam navegado ao lado de Colombo e dêle receberam úteis instruções, exemplo de tenacidade e ousadia, solicitaram da côrte castelhana licença para descobrir e resgatar por sua própria conta e risco, naquelas longinhas e aventureosas paragens. Impunham-se-lhes a condição e o dever de não explorar as regiões já anteriormente conhecidas ou descobertas. Custavam tais licenças apenas a quarta ou a quinta parte de quanto a expedição lograsse adquirir nas Índias.

Em Maio de 1499, partiu a primeira, organizada por Alonso de Hojeda, antigo companheiro do descobridor da América, com o auxílio monetário e o prestígio do influente bispo de Córdoba. Conduzia o notável piloto e cartógrafo Juan de La Cosa e o célebre veneziano Américo Vespúcio. Visitou as costas

sul-americanas de um certo ponto ao norte do atual cabo de Orange (extremo setentrional do Brasil) até o cabo de La Vela. Parte das costas perlongadas tinham já sido descobertas no ano anterior pelo próprio Colombo (3ª. viagem), o primeiro europeu que, por elas, entre os índios, achou as preciosas pérolas que tanto celebrizaram a região. De volta, esta expedição passou pela Hispaníola ou ilha de S.-Domingos (Haití), cativou indígenas nas Antilhas, e regressou a Cadis no meado de Junho de 1500. Não foram animadores os resultados econômicos, mas alargou o conhecimento das costas continentais da América e trouxe excitantes amostras de pérolas, grãos de ouro e algumas pedras preciosas, tudo de envolta com narrativas maravilhosas da terra e da gente. Tais cousas acendiam de mais a mais a cobiça e exaltavam o ânimo de nautas e armadores. Mesmo antes de tornar Hojeda, insofridas, outras expedições, com iguais propósitos, saíram de Espanha para o Novo Mundo. Conduzida por Pero Alonso Niño, voltou uma delas em fins de 1500, trazendo grande porção de pérolas e algum ouro.

* * *

Quase um ano antes, sob a experimentada direção dos *Pinzóns* e a suas expensas, se aprestara outra expedição para fazer descobrimentos e resgatar nas Índias Ocidentais. Devidamente licenciada, partiu de Palos em princípios de Dezembro (1499), com 4 caravelas, tendo por almirante VICENTE YÁÑEZ PINZÓN, que acompanhara Colombo, comandando a caravela NIÑA. (1)

A frotilha trazia na qualidade de ajudantes Arias Perez e Diogo Fernandez, sobrinhos de Vicente, e vários marinheiros, que também tinham acompanhado o descobridor da América, notadamente Juan Quintero, Juan de Umbria e Juan de Jerez, hábeis pilotos. Além dêstes, como atestam documentos coevos, vinham Manuel de Valdovinos, Diogo Colmenero, Pedro Ramirez, Antônio Colmenero, o físico Garcia Hernandez e outros homens afeitos ao mar e que, como antigos tripulantes dos barcos de Colombo, já conheciam terras americanas. Bem aparelhada de gente e recursos materiais, esperava-se da emprêsa completo êxito.

A frota dirigiu-se para as ilhas Canárias e passou às do Cabo-Verde. Da SANTIAGO, a principal dêste arquipélago, rumou dentro do quadrante de S-W, um pouco mais ao sul do que fizera antes Colombo, na sua última viagem. Desde então, por mares desconhecidos e por vezes tempestuosos, navegou *Pinzón* cêrca de 540 leguas até alcançar, no fim de Janeiro ou começo de Fevereiro, provàvelmente no dia 2 dêste mês, do ano de 1500, um cabo ignorado, no continente sul-americano, a que

chamou de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN. Realmente, no dia de S.-Maria, doce consolação era para os nautas, sãos e salvos, chegar a um porto do Novo Mundo. Mostraremos adiante que êste cabo deve ser identificado ao antigo cabo CORSO, agora denominado PONTA-GROSSA ou da JABARANA, no Ceará.

A derrota mais pendida ao sul que a frota tomou, ao deixar SANTIAGO, certamente obedeceu à intenção de não aportar em costas já dantes descobertas, ao norte da América do Sul, condição terminantemente recomendada na licença real, com o fim de não ferir direitos especialmente concedidos a Colombo. (2)

VICENTE PINZÓN referiu ter perdido de vista a estrêla Polar depois de haver navegado 300 leguas a contar de SANTIAGO. Os seus modestos navios que as borrascas e o «desordenado impulso das ondas» tanto castigaram, sem a costumbre referêcia da Tramontana, debaixo de um céu inteiramente novo, por vezes sem meios de retificar a orientação desejada, foram sem dúvida os primeiros que, partindo de Espanha, buscando "el levante por el poniente", cruzaram a linha equatorial, numa longitude que não é possível determinar com razoável precisão.

Ao avistarem a terra americana, no Ceará (3), os marinheiros sondaram o mar, que lhes parecia turvo e esbranquiçado, achando 16 braças de fundo. Acercando-se da praia, abrigada pelo cabo que acabara de batizar, Pinzón desembarcou com o escrivão da frota e algumas pessoas, a fim de tomar posse solene do território para os reis de Castela.

Fêz abastecer os navios de agua e lenha, e os marinheiros que desembarcaram escreveram em troncos de árvores e pedras o dia que allí chegaram e os seus próprios nomes e os do rei e da raíña de Espanha, como sinal de apropriação (4)

No primeiro dia não viram de gente mais que algumas pègadas; porém, na segunda noite que allí passaram, perceberam ao longe muitos fogos. Ao amanhecer, vários índios apareceram a certa distância, com disposições hostís. Embora armados com bons arcos e lanças, não se aproximaram dos espanhóis, desejosos de colher informações sôbre a importância e riqueza da terra; debalde tentaram atrair os nativos, receosos de tão estranha gente. A esquiva deliberada dos aborígenes e o desolado aspecto do litoral, arenoso e muito árido, convenceram os expedicionários da pouca valia do lugar. Por isso, logo resolveram prosseguir a derrota, costeando por *entre o poente e o norte* (Navarrete). Um dia depois, desembarcaram novamente, perto de um pequeno rio, de certo para refrescar e reconhecer a região, emoldurada por montanhas verdes, que se erguiam a certa dis-

tância do mar. Plantaram uma cruz e, como a natureza do litoral não lhes parecesse mais promissora, continuaram, perlongando a costa, sempre agreste e rude. A final, depois de vários dias, chegaram ao estuário de um rio onde o aspecto da terra era outro, menos desolado e mais convidativo. Animados com esta boa mudança, alguns tripulantes foram à praia; porém, mal recebidos pelos selvagens, tiveram de voltar precipitadamente para os navios, depois de graves escaramuças de que resultaram ferimentos e mortes entre os aventureiros. Esse rio deve ser o gólfão do atual Maranhão, tão bem representado no mapa de La Cosa. (5)

A frota fêz-se de vela, acompanhando a costa, até se lhe depararem, cêrca de 40 leguas adiante, as aguas dulcificadas pela corrente do rio Amazonas, arrojadas mar a dentro, na altura aproximada do Equador (6). Essa estranha descoberta, agua doce em pleno mar, levou *Pinzón* a procurar a terra vizinha, deparando-se, então, com a embocadura de um enorme rio, que chamou de SANTA MARIA DE LA MAR DULCE, e à região ou ilhas do delta denominou MARIA TAMBAL ou MARINA TAMBAL (7). Encontrou aí gente pacífica e, como a terra não se tivesse mostrado, a seus olhos ambiciosos, propícia aos seus desígnios mercantís, sem *ouro* e sem *pérolas*, cativou 36 indígenas e continuou navegando ao longo da costa da província dos PARICURAS, para o norte.

Recobrou a visão da estrêla Polar, aproximadamente 50 leguas ao norte do Equador, e, adiante, cêrca de 250 leguas, entrou no golfo de PÁRIA, depois de ter passado ao largo, em frente das bôcas numerosas do rio Orenoco. (Herrera)

Como pela costa de Pária não lograsse boa acolhida da parte dos nativos, desconfiados e reacionários, resolveu *Pinzón* procurar outras paragens. Safu pelas bôcas do Dragão e dirigiu-se para a Hispaníola (Haití), onde chegou a 23 de Junho. Em seguida, foi a Isabela (*Jumeto* ou *Saometo* dos índios). Numa tempestade, nos baixos de Babura (Babueca), perdeu duas caravelas, e deliberou então regressar definitivamente à Espanha.

No dia 30 de Setembro, as duas caravelas restantes entraram no pôrto de Palos, que haviam deixado cêrca de dez meses antes.

A emprêsa, sob o ponto de vista econômico, não auferiu resultados apreciáveis; mas, quanto ao aspecto geográfico, foi particularmente interessante.

* * *

Aproximadamente um mês depois da partida de *Pinzón*, no fim do ano de 1499, com o mesmo destino e análogos propô-

sitos, deixou o pôrto de Palos a expedição de DIOGO DE LEPE, composta de duas caravelas. Seguindo sensivelmente os rumos percorridos por *Pinzón*, provavelmente por ter instruções idênticas, veio, como era de esperar, encontrar a terra americana, num lugar pouco distante do cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN, no Ceará, ou mais a leste, no trecho ocidental do litoral do Rio-Grande-do-Norte. Dalí, costeando para o oriente, chegou a um ponto onde a costa se inflete fortemente para o sul, provavelmente a ponta do CALCANHAR. Foi ainda um pouco além, reconhecendo ligeiramente a direção do litoral; retrocedeu, velejando à vista das praias que vinha de percorrer e descobrir, indo ter a uma baía ou estuário de rio a que chamou de São-Julião. Continuando a sua derrota para o norte, sempre navegando com terra à vista, encontrou a cruz plantada por *Pinzón*, dias antes, no lugar que denominou ROSTRO HERMOSO. Razões ponderosas e altamente convincentes, que adiante exporemos, permitem identificar êste ponto notável da nossa costa com o atual MUCURIBE. (8)

De Rostro Hermoso, *Lepe* prosseguiu na direção que trazia, costeando sempre, até alcançar o gôlfo de Pária, em Abril de 1500 (9). Dêste lugar voltou à Espanha, onde chegou muito antes de *Pinzón*. Segundo D'Avesac e Caetano da Silva, em Junho.

Ainda esta curiosa expedição não foi economicamente bem aquinhoadá; mas, geográficamente, teve particular significação. *Lepe* desenhou um esbôço da linha da costa, que provavelmente serviu a La Cosa na confecção do seu célebre mapa. (10)

Eis o que, em resumo, é possível colhêr dos historiadores que investigaram a matéria e dos cronistas coevos, escôimado das lendas e fantasias com que êstes últimos, em geral, adornam os seus registos, e ainda de interessantes documentos, à testa dos quais cumpre referir as *Probanzas* do Almirante. (11)

Pinzón percorreu tôda a costa nordeste do Brasil, da Ponta-Grossa ou cabo de Santa Maria de la Consolación, no Ceará, ao cabo Orange; descobriu o Maranhão e o rio Amazonas (Santa Maria de la Mar Dulce), e algumas das suas ilhas. *Lepe*, não só perlongou os amplos descobrimentos de *Pinzón*, como estendeu os seus um pouco mais para o sul, pelas costas do Rio-Grande-do-Norte, indo além da ponta do Calcanhar.

O continente americano, interposto de polo a polo, entre a Europa e a Ásia, devia fatalmente ser encontrado pelos marinheiros da Ibéria, que procuravam pelo ocidente uma passagem para a terra das especiarias. O descobrimento do Brasil, então, como simples e natural consequência de semelhante processo de investigação geográfica, não podia tardar. Espanhóis e portugue-

ses teriam de conduzir as suas caravelas às nossas costas, tão amplamente desenvolvidas no sentido dos meridianos. Realmente, assim aconteceu 8 anos depois de alcançadas as terras insulares do Novo Mundo, e 2 anos apenas depois de ter sido reconhecido o continente ou a terra firme.

O Brasil, quase simultâneamente achado por nautas de um e do outro país da península ibérica, oferecia uma saliência considerável para leste, Atlântico a dentro, que o aproximava das costas já freqüentemente visitadas da África. Era, pois, natural que nessas costas avançadas, antes que em quaisquer outras, aportassem os aventureiros que procuravam o caminho das Índias, mais ao sul do que haviam feito os descobridores do continente.

Os espanhóis, que as revelações de Colombo empolgaram, já se aventuravam a novas e ousadas descobertas no continente recém-achado, movidos pelo fruto opimo de vantajosos resgates com os ingênuos nativos. Receosos de mercadejar em terras que precedentemente outros compatriotas tinham descoberto, voltavam-se para o sul, em busca de costas virgens, e o faziam cautelosamente de mais a mais, até que, quase inconscientemente, foram além do que lhes era interdito pelo tratado de Tordesilhas. Assim, depois de exploradas as costas de Pária, alcançaram as terras da costa nordeste do Brasil, a leste do meridiano definido naquele tratado para dividir o mundo novo entre os dois povos peninsulares. A seródia demarcação daquele meridiano lindeiro deu lugar a vários episódios e confusões, e contribuiu para retardar a definitiva conquista e colonização de largo trecho das costas do norte e até do nordeste brasileiro.

Todavia, logo que os castelhanos percebiam a flagrante infração, não insistiam e prudentemente recuavam para o norte o campo de explorações. Dêste modo, os seus descobrimentos ao sul do rio Amazonas foram automaticamente desprezados. Os descobrimentos de *Pinzón* e *Lepe* e as concessões que os reis católicos fizeram ao primeiro (12), das terras que descobriu da ponta de Santa Maria de la Consolación (Ponta-Grossa), seguindo a costa até Rostro Hermoso (Mucuripe), e daí ainda tôda a costa que corre ao nordeste até o rio de Santa-Maria-do-Mar-Doce (Amazonas), com as ilhas que estão à sua bôca, como era de prever, resultaram nulos de pleno direito, sem nenhum efeito político, desde o momento em que se verificou acharem-se dentro do mundo português.

Em conseqüência, o esquecimento caiu pesadamente sobre os descobrimentos dos dois nautas de Espanha no Brasil, e somente vingou e generalizou-se o de Pedro Álvares Cabral, legalmente autorizado para fazê-los ao sul da foz do grande rio.

A prioridade daqueles sôbre este, entretanto, é incontestável.

A *história*, transcendendo os interesses políticos de uma época e de um povo, obriga-se a expor e explicar os acontecimentos tais como ocorreram e se processaram, sem guardar conveniências de qualquer espécie. Como ciência que é, analisa, conclue e relata, sem outras peias além das que lhe impõe o próprio método científico.

Estas considerações aqui se fazem necessárias, por que alguns ardorosos historiadores portugueses, ciosos da precedência cronológica de Cabral no descobrimento do Brasil, inquinam as viagens de *Pinzón* e *Lepe*, como são descritas pelos mais eminentes investigadores ou foram registadas pelos velhos cronistas, de falsas ou mentirosas, no que se referem à transposição do Equador e ao percurso pelas costas do Brasil.

* * *

Dentre êsses historiadores sobressai, pela vivacidade dos argumentos e pêso de uma bela erudição, o professor Duarte Leite, muito conhecido e scatado no Brasil. Outros investigadores lusos, menos intransigentes, julgam o assunto por demais controvertido, duvidoso ou ainda não suficientemente amadurecido para ingressar na história didática. Porém vários cronistas portugueses, como Berredo, e historiadores ou historiôgrafos, como Constâncio, admitem como indiscutíveis as viagens daqueles marinheiros castelhanos pelas costas brasileiras, antes do descobrimento de Cabral.

Os cronistas espanhóis não discutem a questão; expõem os acontecimentos naturalmente, com mais ou menos eloquência e ingênua convicção. Algumas vezes, porém, intercalam episódios evidentemente fantásticos ou exagerados e até burlescos, sem dúvida presos ao original misticismo religioso e pela esquisita lealdade real, que naquela época avassalavam o povo ibérico, especialmente o espanhol. Entretanto, cumpre notar e acentuar, êstes adendos espúrios são facilmente discerníveis e podem ser eliminados sem prejuízo dos fatos históricos.

Os investigadores nacionais admitem a precedência de *Vicente Pinzón* e *Diogo de Lepe* sôbre *Cabral* no descobrimento cronológico do Brasil.

O mais brilhante e autorizado, Capistrano de Abreu, afirma ser a viagem de Pinzón de *inconcussa autenticidade*, por que «em 1500, Juan de La Cosa e o govêrno espanhol; em 1501, Pedro Mártir; em 1504, Ângelo Trevisano, e desde então, muitos outros, todos os historiadores, têm dado testemunho della».

E acrescenta que as dúvidas versam apenas sôbre três

incidentes e *não sôbre os descobrimentos*. Adolfo Varnhagem e Oliveira Lima, não sômente aceitam sem comentários as referidas viagens, como ainda a de Alonso de Hojeda. Joaquim Caetano da Silva e o Barão do Rio-Branco, apoiando-se em bons documentos, tal o planisfério de La Cosa, aceitam como reais as expedições de *Pinzón* e *Lepe* ao Brasil, no comêço de 1500.

Isso, quanto aos autênticos investigadores; os didatas, divulgadores e compiladores, geralmente acompanham um daqueles historiadores. O mais notável dêles, João Ribeiro, segue Varnhagem e é categórico escrevendo: «Pelo que acabamos de referir, não há dúvida alguma que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica no descobrimento do Brasil.» Mas, ao envés do que era de esperar, limita-se a fazer brevíssima relação dessas viagens, sem argumentos que firmem a sua cônicação de autenticidade.

Os historiadores estrangeiros, não oriundos da Ibéria, são unânimes em confirmar a prioridade espanhola. No grupo dos mais autorizados, há que salientar Henry Harrisse, que, na sua grande obra "The Discovery of North America", analisou a questão; Robert Southey; Justin Winsor; Orville Derby, que dedicou quase tôda a sua vida a estudos brasileiros; Sophus Ruge, etc..

* * *

Deixando de lado os casos que nesta matéria já não comportam controvérsias e são bem conhecidos pela divulgação, pode-se dizer popular, dos seus fundamentos — as viagens de Hojeda, Pinzón e Lepe à América do Sul, a lenda do descobrimento do Brasil pelos franceses ou portugueses antes de Cabral, etc. —, importa considerar com alguns detalhes as seguintes questões, que diretamente interessam êste estudo:

- 1°. — O descobrimento do Brasil pela expedição de Alonso de Hojeda, em 1499, que teria chegado à foz do rio Açú, no Rio-Grande-do-Norte.
- 2°. — A frota de Vicente Pinzón cruzou realmente a linha equatorial e alcançou a costa nordestina do Brasil?
- 3°. — Neste caso, qual foi o ponto da costa brasileira onde abicou o nauta espanhol, e em que data ocorreu o fato?
- 4°. — Qual foi o trecho da costa nacional que Pinzón percorreu e qual a sua extensão?
- 5°. — Diogo de Lepe fez descobrimentos no litoral do Brasil depois de Pinzón e antes de Cabral, e, no caso positivo, onde?

Está claro que convém examinar as provas que arrimam as diversas soluções e as objeções levantadas contra cada uma delas. Os trabalhos do ilustre professor Duarte Leite facilitam sobremaneira esta tarefa, por que o historiador luso desenvolve com método tôdas as provas até aquí alegadas para demonstrar a precedência dos espanhóis e desenvolve as objeções que a elas se opõem. *In* "Descobridores do Brasil", estuda o que chama a imaginária descoberta do Brasil por Vicente Pinzón, o mapa de Juan de La Cosa, a viagem de Diogo de Lepe, a de Alonso de Hojeda, e o pretendido descobrimento do Brasil por Duarte Pacheco, em 1498. Nega com bons fundamentos que Hojeda tenha vindo ao Brasil e que Duarte Pacheco se houvesse antecipado a Cabral. Falham as suas razões ao discutir as viagens de Pinzón e de Lepe e na longa análise destrutiva do mapa de La Cosa como prova de tais viagens.

* * *

As pretensões francesas relativas ao descobrimento do Brasil há muito que passaram para o domínio lendário, por isso que se verificou, com absoluta evidência, não assentarem em nenhuma base consistente. Quanto às espanholas, cumpre distinguir a que se refere à expedição de Alonso de Hojeda das que se relacionam com as viagens de Vicente Pinzón e Diogo de Lepe.

Essas duas expedições cruzaram a linha equatorial e atingiram o Brasil. A primeira não chegou a alcançar aquele círculo terrestre; por tanto, não alcançou nenhum ponto da costa nordestina do País. Discute-se apenas se Hojeda teria lobrigado terras brasileiras no extremo norte do litoral, alí por perto do cabo Orange. O mais provável é que êle abicou às costas das Guianas, ao norte daquele cabo, e nada tem com o descobrimento do Brasil. Duarte Leite e outros conspícuos investigadores, parece, chegaram a êste resultado definitivo.

Em todo o caso, está fora de qualquer dúvida e já não pode ser objeto de cogitações a vinda de Hojeda à foz do rio Açú, no Rio-Grande-do-Norte; e nada tem que ver com a proto-história cearense.

A propósito das duas expedições que estiveram no Ceará, em 1500, como veremos, a que teve a glória do descobrimento do Brasil foi a de Pinzón; a segunda, apenas alongou um pouco os descobrimentos dêste.

* * *

Vejamos agora se a frota de *Vicente Pinzón*, em 1499

ou 1500, cruzou de fato a linha do Equador, como éle próprio referiu ao cronista Pedro Mártir d'Anghiera, isto é, se há argumentos que possam invalidar os registos dos cronistas coevos neste ponto.

O professor Duarte Leite nega peremptòriamente o acontecimento, estribando-se nos dois seguintes argumentos: 1) é pura invencionice o relato do desaparecimento da estréla Polar, dado por Pinzón e seu sobrinho Arias Perez a Pedro Mártir, ao cabo de 300 leguas de caminho além da ilha de SANTIAGO, e o respectivo reaparecimento do astro, quando costeava o continente sul-americano, 50 leguas ao norte de um grande rio, cuja torrente dulcificava as aguas do Atlântico a grande distância da terra; 2) pretendia dêste modo Pinzón iludir o acatado cronista seu contemporâneo, para indèbitamente conquistar a glória de ser o peoneiro espanhol no hemisfério meridional. Mas, como é fácil verificar, as informações do nauta, quanto à Polar, continuam de pé, e não se permite deduzir delas que tenha pretendido aquela glória.

Efetivamente, na página 102 dos "Descobridores do Brasil", o historiador diz que a Polar só se sumia totalmente no paralelo austral de 2° 15', aí onde *Pinzón* estaria 445 leguas longe de SANTIAGO, e não a 300, como contou a Mártir. Não obstante, noutra parte do mesmo livro, à página 61, lê-se que a Polar «já por vezes se ocultava no paralelo 3° norte, e até podia não ser vista em paragens ainda mais setentrionais, em consequência de agitação atmosférica ou de brumas perto do horizonte».

Por sua vez, o célebre contra-almirante GAGO COUTINHO lhe referiu que, certa feita, subindo ao longo da costa africana, só conseguiu divisar a Polar quando se aproximou de 5° norte (isto é, perto de 200 leguas de Santiago).

Ora, não se compreende, em vista de tais declarações do illustre e competente official da marinha portuguesa, por que razão PINZÓN só poderia ter perdido a Polar quando, navegando no rumo de S-W, tivesse caminhado 445 leguas a contar de SANTIAGO, e não 300, como disse. Ou, se andou no rumo de S-SW, que é o mais provável, 344 leguas. Por que não teria acontecido a PINZÓN o mesmo que aconteceu a GAGO COUTINHO, que perdeu de vista a Polar nas proximidades de 5° norte (ou mesmo, de outra vez, voltando do Rio-de-Janeiro, a 14° norte, isto é, já bem perto do arquipélago de Cabo-Verde)?

É perfeitamente lógico que o almirante espanhol poderia, como o almirante português, ter deixado de ver a Polar aos 5° norte, ou em qualquer ponto do mar entre 5° de latitude norte e 2° 15' de latitude sul.

Ora, para que o nauta castelhana perdesse de vista a

Tramontana nas proximidades de 5° norte, como ocorreu a GAGO COUTINHO, bastaria realmente que de SANTIAGO houvesse andado apenas cêrca de 250 leguas ou talvez um pouco mais, porém menos de 300 leguas; isto, se tivesse levado o rumo de S-W, pois no de S-SW, com 200 ou 210, não mais teria aquela estrêla para fanal. Não admira, por tanto, que PINZÓN relatas- sa a Mártir ter perdido de vista a estrêla Polar 300 leguas ao caminhar de SANTIAGO e, bem assim, a houvesse recuperado 50 leguas ao norte da foz do rio Amazonas, aí pela altura apro- ximada de 2° 30' norte.

Conseqüentemente, a discussão em tôrno da oscultação ou aparecimento da Polar, nas circunstâncias da viagem de PINZÓN, nada significa, nada destrói e também, cumpre dizer, nada cons- trói. O relato do nauta ao cronista, entretanto, não prova ainda que êle haja cruzado a linha equatorial, porém absolutamente não constitue prova ou mesmo indício *de que haja mentido a Mártir*. Fê-lo PINZÓN por que, a par de ser um fato para êle extraordinário, novo, contribuía em parte para atestar as dificul- dades com que teve de lutar na orientação da derrota. Mas, se êste relato não vale como uma demonstração de que tenha trans- posto o Equador, como poderia, mercê dêle, pretender chamar a si a glória de ser o peoneiro espanhol no hemisfério austral?

Importa observar ainda que aos nautas espanhóis da- queles tempos, quando desvendar terras novas no novo continen- te já nada tinha de sensacional, preocupava mais a idéia ambi- ciosa de colher grandes e fáceis riquezas do que pròpriamente a glória do descobrimento, sobretudo se as novas terras revela- das se mostravam de pouca valia aos seus olhos. A expedição de Hojeda, a de Pinzón, a de Lepe, a de Niño e tôdas as outras do mesmo tempo, de iniciativa particular, o provam cabalmente; sem exceção, foram emprêsas inspiradas, organizadas e levadas a efeito por estímulos de ordem puramente econômica. Nada ou muito pouco significavam as terras americanas, que não mostra- vam a possibilidade mais ou menos imediata de dar aos expedi- cionários ORO e PERLAS ou ao menos escravos de qualquer valor comercial.

* * *

Vimos que a questão suscitada em volta da Polar não contribue para a solução do problema, não demonstra que PIN- ZÓN cruzou o Equador e, em conseqüência, tivesse alcançado terras do hemisfério sul, na América. Outros fatos, porém, são decisivos. O mais interessante liga-se ao célebre planisfério espa- nhol, que, antes de qualquer outro documento cartográfico, de-

buxou grande extensão das costas americanas, inclusive as do norte e nordeste do Brasil. Trata-se do precioso mapa organizado por Juan de La Cosa, concluído no comêço de Outubro de 1500, no pôrto de Santa-Maria, na foz do rio Guadalete. *Cosa* gozava de grande reputação como pilôto e especialmente como cartógrafo. Era o proprietário da caravela Santa-Maria, que conduzia Colombo ao descobrimento da América, em 1492; e, na qualidade de *mestre de cartas de marear*, ia a bordo, ao lado do almirante. Serviu como pilôto-mor na expedição de Hojeda (1499-1500), na de Bastide (Out. de 1500 — Set. de 1502) e em outras. Era, pois, um grande e apaixonado conhecedor do Novo Mundo.

Pensa o investigador português que o planisfério de Juan de La Cosa, invocado criteriosamente por notáveis historiadores como prova das viagens de Pinzón e Lepe à América do Sul, antes de Cabral, sofreu acréscimos depois de concluído, os quais lhe tiram o valor que poderia ter como elemento de demonstração. E, desenvolvendo o seu pensamento, diz que nesse mapa não se encontra a nomenclatura de PINZÓN e LEPE na costa nordeste e norte do Brasil; a que lá está não se pode explicar pela viagem dêste nauta, a qual o cartógrafo parece ignorar. Conclue, então, que o *contôrno da costa brasileira* no mapa e bem assim a *legenda que se refere a Pinzón*:

«Este cavo se descubriu en ano de myl y IIIIXCIX por Castilla syendo descubridor Vincentiãns»

constituem obra de um colaborador desconhecido.

Ora, segundo Mártir, PINZÓN regressou à Espanha em 30 de Setembro de 1500, quando LA COSA já lá estava desde Maio. Como o cartógrafo voltou à América (com Bastide), no dia 5 de Outubro, o espaço de 5 dias pode parecer tempo demasiado escasso para o autor do mapa ter dentro dêle colhido do nauta informes geográficos para utilizar no seu trabalho, que, como é lícito presumir, devia já estar concluído nos primeiros dias de Outubro. Mas, por outro lado, Diogo de Lepe esteve com Pinzón no gôlfo de Pária, em Abril, consoante o testemunho de Antônio Comenero, e nessa ocasião certamente a natural curiosidade o levou a se inteirar dos detalhes da derrota de seu parente e compatriota, que tão de perto o precedera no mesmo itinerário, pelas costas virgens da América do Sul. Dali, Lepe foi ter com La Cosa, em Cuba, voltando em seguida à Espanha (Junho, segundo escreve d'Avesac), onde realmente chegou muito antes de Pinzón.

Autorizadamente, deduz-se daí que o cartógrafo, ansioso por ampliar os seus conhecimentos geográficos, a fim de melho-

rar e aumentar o seu planisfério em elaboração, colheu de LEPE e talvez também de alguns dos seus marinheiros, demoradamente, detalhadas informações referentes à expedição do informante e possivelmente ainda à de seu predecessor. Evidentemente, sobrava-lhe tempo bastante para isto e para reduzi-las a elementos capazes de figurar no mapa, tanto mais quanto, segundo o testemunho de Morales, marinheiro de Lepe, éste trazia já um desenho das costas que percorrera.

Em face de tais e tão sugestivas possibilidades e do depoimento de Morales, confirmado pela relativa precisão e minúcias do contôrno das costas velejadas por Lepe, por que ir buscar complicações, não atribuindo ao hábil e esforçado cartógrafo a autoria do desenho destas costas e a legenda mencionada? Nada absolutamente obsta a que La Cosa, antes de 5 de Outubro de 1500, tenha debuxado calmamente no seu mapa aquelas costas e a questionada legenda. A hipótese de um colaborador é de todo desnecessária e até mesmo chega a ser impertinente.

É sobretudo na referida legenda que os historiadores se baseiam para fazer do mapa de La Cosa uma boa prova da viagem de Pinzón ao Brasil, em 1500. Varemos que o mapa oferece elementos ainda mais valiosos, embora inexplorados até o presente, para merecer destacada importância entre as provas que firmam a autenticidade das viagens dos nautas espanhóis naquele ano.

Mas, acrescenta Leite, em frente à ponta, extremo oriental do Brasil, está uma *grande* ilha, tendo ao lado os dizeres:

Ysla descubierta por Portugal

a qual, segundo o seu parecer, aliás passivo de sérias objeções, é a ilha de FERNÃO-DE-NORONHA, descoberta na expedição portuguesa de 1501. Apressa-se então em concluir que esta ilha só poderia ter sido adicionada ao mapa depois da sua terminação em 1500. E o que atribue à ilha, neste sentido, atribue também ao contôrno costeiro do Brasil, daquela ponta para o sul, trecho que não interessa ao caso em consideração. Propende para julgar que o colaborador, arquitetado para La Cosa, não tivesse sido algum espião de Castela em Lisboa, capaz de ter conseguido informes da costa brasileira, trazidos pelo portador da notícia do descobrimento de Cabral, ainda em 1500. Acha mais provável (claramente de acôrdo com a sua tese) que o colaborador de *Cosa* hauriu ensinamentos da expedição portuguesa de 1501, através de Américo Vespúcio. Esta é naturalmente a sua suposição, nada mais que suposição. Entretanto, evidentemente, a outra suposição, dada a freqüência e a ousadia dos espiões de Castela, se apresenta muito mais natural, mais plausível. É hipótese que por si só explica o fato, dispensando o arri-

mo de uma segunda hipótese, mérito apreciável que falta à dos informes oriundos da expedição portuguesa. Todavia, a sua opinião teria sido possível, e poderíamos ter nela alguma confiança, se surgisse uma razoável explicação por que êsse contôro nu e essa ilha enorme, e tão alongada no sentido do paralelo, não se apresentam com inscrições, tendo os seus acidentes devidamente batizados com os nomes que lhes foram aplicados naquela expedição portuguesa de 1501, de que o nauta florentino fêz destacada parte, assim como se acham no mapa de CANTINO (1502). Demais, cumpre salientar, o portador da notícia do descobrimento de Cabral não deu nenhum nome a qualquer acidente da costa brasileira que perlongou, exatamente como está no mapa de La Cosa. Sem dúvida, tais circunstâncias fazem a balança pender para o lado que Leite não prefere, enfraquecendo a sua hipótese do colaborador.

Até aqui, evidentemente, um colaborador para o mapa de La Cosa é absolutamente desnecessário.

Da observação do famoso mapa, ressalta o contraste entre o desenho do trecho das costas brasileiras daquele ponto onde o litoral se inflete, mudando rapidamente de direção para o norte (costa norte e nordeste) e daquele ponto (que Lepe assinalou) para o sul. O trecho ao norte está cheio de inscrições e recortado miudamente de reentrâncias e seios, que indicam ter sido desenhado em vista de uma cuidadosa observação direta das costas. O trecho ao sul, ao contrário, não apresenta inscrições nem topônimos e foi traçado sem preocupações de assinalar detalhes da costa, indicando que o contôro aí foi hipoteticamente desenhado de acôrdo com escassas e vagas informações, quase limitadas a direções gerais, como se fôra observado muito às pressas, sem preocupação de registro. Êste contraste impressionante desautoriza evidentemente a hipótese estimada pelo historiador luso e revela que La Cosa, em Setembro de 1500 ou um pouco antes, colheu de quem-quer que seja, possivelmente, conforme a sugestão de Leite, de algum espião de Castela, informes gerais, vagos, imprecisos, como deviam ser os de que dispunha o portador de Cabral, na sua rápida passagem por aquelas costas. Tais informes, contrastando com os de *Lepe*, explicam satisfatoriamente o traçado canhestro com que *La Cosa* figura as costas brasileiras, ao sul do cabo de São-Roque e quiçá da misteriosa ilha.

Ao nosso ver, essa ilha não deve ser identificada com a de Fernando-de-Noronha; relaciona-se com informes de Lepe ou do portador de Cabral, como parece mais provável, em vista dos arrecifes numerosos que se estendem a leste do cabo de São-Roque, numa distância de poucos quilômetros da terra firme. Um ou outro percebeu os arrecifes de passagem, às pressas, e, con-

forme o pensamento reinante na época sobre a abundância de ilhas, nos mares do Novo Mundo, logo atribuiu que por ali devia existir uma grande ilha, assinalada pela extensão e importância dos arrecifes apartados da costa. Trata-se de mera hipótese, porém mais legítima que a de Leite (*Fernão de Loronha*). O caso comporta ainda outras hipóteses, tôdas mais consentâneas que a da ilha de *Fernão de Loronha*.

Pensa o investigador luso que os acréscimos feitos por um colaborador desconhecido ao mapa de La Cosa foram lançados entre 22 de Julho, termo da viagem expedicionária portuguesa mencionada acima, e 5 de Setembro de 1502, quando voltou a expedição exploradora de Bastide. Certamente por que, como vimos, explica o traçado das costas leste e sudoeste do Brasil pela expedição portuguesa, através de Vespúcio, e o do trecho ao norte da América do Sul e na América Central pela expedição de Bastide. Entretanto, diz que o mapa não mostra conhecimento desta, deixando aberta a insinuação de que o desenho do respectivo trecho não é obra de La Cosa, embora este haja acompanhado Bastide. Sem dúvida, é levado a tais conclusões simplesmente por que, no planisfério, falta nomenclatura no litoral então percorrido por Rodrigo Bastide em companhia do cartógrafo. Mas, se realmente estamos aqui em face de um acréscimo, não percebemos o motivo por que não atribuí-lo ao próprio La Cosa, após o seu regresso, depois de ter percorrido demoradamente o respectivo litoral. Este suposto e improvável acréscimo, todavia, não diminuiria o valor do mapa e do seu testemunho a respeito das viagens de Pinzón e Lepe ao Brasil. As nossas dúvidas quanto a êsse acréscimo, digamos de passagem, provêm de que é muito possível que La Cosa, no seu trabalho de colecionar elementos para a composição do planisfério, haja conseguido informes de expedicionários clandestinos, então muito freqüentes na América espanhola, como reconhece Leite. Tais informes poderiam permitir-lhe aquele traçado relativamente correto. A hipótese é amparada pela ausência de inscrições, o que seria inadmissível se o contôrno proviesse das observações diretas do cartógrafo. Permite, conseqüentemente, ainda uma vez, excluir a suposição de colaboradores após a conclusão do mapa, em 1500

Outra questão, que só nos interessa indiretamente, decorre da observação do professor Leite relativamente ao desenho insular de CUBA no mapa. Alega que só depois de 1500 foi que se verificou essa insularidade (oficialmente em 1508), donde forçosamente se há de admitir um importante e desconcertante acréscimo, levado a efeito anos depois de concluído o planisfério.

Todavia, o fato da insularidade de CUBA no mapa explica-se razoavelmente, sem recorrer a acréscimos tardios, ou de qualquer espécie.

No interessante trabalho de *Stevenson*, "Typical Early Maps of the New World", lê-se que os primeiros mapas do Novo Mundo se caracterizavam pela suposição de que *tôdas as terras descobertas nas Índias Ocidentais eram ilhas*. A uma tal ilusão não se podia naturalmente furtar La Cosa; donde, o traçado insular de Cuba. Favorece êste juízo a falta de inscrições e topônimos no contôrno das costas norte da ilha, enquanto são tão abundantes nas costas do sul. Além disto, aquelle contôrno, contrastando com o da costa meridional, é bastante imperfeito, dando lugar a se pensar que fôra traçado de acôrdo com uma simples suposição, aquella que no tempo dominava entre os nautas que freqüentavam a região. Por outro lado, é bem possível que a insularidade de CUBA fôsse para La Cosa algo mais do que uma simples suposição coletiva, por isso que, como realça o próprio Duarte Leite, não é impossível que navegadores espanhóis, *em segrêdo*, ou valendo-se da *licencia geral* concedida entre 1495 e 1497, se tenham dirigido à América Central, verificando a passagem pelo norte, isto é, o insulamento da terra cubana, que já havia sete anos estava ocupada pelos castelhanos. E, ainda, o contôrno e nomenclatura da península da Flórida e de Cuba, no mapa de Cantino, antes de Outubro de 1502, prova que antes de 1508 se sabia dessa insularidade. A idéia de que o périplo de CUBA era corrente em Espanha em 1500, conquanto *talvez* não o fôsse em Portugal, desinteressado por aquellas paragens, não autoriza de modo nenhum a conclusão de que o mapa de La Cosa tenha sido, nesse ponto, posteriormente acrescido, pelo autor ou por qualquer colaborador desconhecido.

Dêste modo, fica completa e encerrada a discussão em tôrno dos pretendidos acréscimos que inutilizariam o mapa de La Cosa como prova dos descobrimentos de Pinzón e Lepe no hemisfério austral. O resultado definitivo é que não há necessidade dêsses acréscimos, que se não justificam; e, portanto, devem ser tidos como não existentes. O cartógrafo desenhou, pois, o seu planisfério integralmente, tendo-o pronto, tal como se acha, em Outubro de 1500. Nada contraria esta afirmação. Em vista das considerações que vimos de expender resumidamente, somos conduzido a acompanhar os mais conspícuos mestres no apreciar o inestimável valor histórico e documentário da famosa peça cartográfica, que o próprio e eminente professor Leite qualifica de jóia. (*In "Descobridores do Brasil"*)

O precioso mapa mostra, de maneira inequívoca, que as viagens de *Pinzón* e *Lepe* ao Brasil precabralino nada têm de lendário, e isto por que:

1º. — Representa o local onde PINZÓN plantou uma cruz,

que Lepe, cêrca de um mês depois, ainda achou no mesmo lugar (Mucuripe).

- 2°. — Representa o contôrno da costa nas proximidades dêsse lugar com surpreendente exatidão e minúcias, de acôrdo com a técnica cartográfica do seu tempo. Os detalhes alí são de tal ordem, que permitem identificar o trecho do litoral da *ponta do Iguape* (Punta del medano) à *ponta de Pecém* ou da *Pericuara* com a respectiva enseada (G. de arrecifes), deixando em meio o *Mucuripe*, ponta e enseada, lugar onde *sesallo una cruz*, a *foz do rio Ceará* no Marajaitiba (Pajeú).
- 3°. — Se excluirmos as contribuições geográficas dadas pelas viagens dos dois nautas espanhóis, não há a quem atribuir informes tão exatos e detalhes relativamente precisos, como os que permitiram a La Cosa desenhar o contôrno das costas norte e nordeste do Brasil até o cabo Orange ou um pouco mais além, jústamente no trecho perlongado por PINZÓN e LEPE, pois, no dizer de Duarte Leite, até 1502 nenhum viajante espanhol ou português perlustrara aquelas costas, do cabo de S.-Roque para o norte. (13)
- 4°. — Há neste contôrno trechos cujos detalhes permitem boas identificações, além da referida. Os mais interessantes são os que correspondem ao estuário do rio Pará e à chanfradura do Amazonas, cortada pela linha equatorial. Alí, ou no Maranhão, tentou PINZÓN desembarcar, sendo obstado pelos nativos; aquí, em «el dicho rio que vos posistes nombre de Santa Maria de la Mar dulce», fê-lo e cativou indígenas desprevenidos. (14)

* * *

Alguns conspícuos historiadores admitem que o cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN é o próprio ROSTRO HERMOSO. Há mesmo quem, com grande desorientação, êste nome aplique ao local da chegada de PINZÓN, como acontece com Sophus Ruge (15). Outros, tal um comentador do investigador germânico, apoiando-se em Navarrete, pensam que ROSTRO HERMOSO é a denominação dada por Diogo de Lepe ao lugar da costa americana onde êste nauta primeiro avistou terra, perto do cabo de Santa Maria de la Consolación.

Entretanto, não pode haver dúvida nessa matéria, em vista da certidão de uma capitulação de 1501, fazendo PINZÓN

capitão e governador das terras que descobriu «desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolación seguindo la costa hasta ROSTRO HERMOSO y dealli toda a costa . . .». (16)

Dissemos já que o ponto da costa americana onde abicou *Vicente Pinzón* em 1500 é a PONTA-GROSSA, também conhecida por JABARANA ou do RETIRO-GRANDE, no município de Aracatí, CEARÁ.

Não pode ser o cabo de SANTO-AGOSTINHO, em PERNAMBUCO, embora haja o próprio PINZÓN, 15 anos depois do descobrimento, afirmado num célebre processo judiciário: «... es verdad que descubrió desde el cabo de Consolación, que es en parte de Portugal é agora se llama de Santo Agostin...» (17)

Nesse memorável pleito, que durou de 1508 a 1527, alguns companheiros do almirante fizeram a mesma estranha identificação toponímica.

O nosso esclarecido historiador Capistrano de Abreu pensa de acôrdo com esta seródia identificação, que o professor Duarte Leite diz com algum fundamento ter sido feita a palpite.

Outros ilustres historiadores, como Varnhagem, julgam que o cabo de S. Maria de la Consolación é a ponta do Mucuripe, e o ROSTRO HERMOSO o promontório de Jeriquaquara, ambos no Ceará. O Barão do Rio-Branco, inspirando-se numa indicação do piloto quinhentista Diogo Botelho, opina por um ponto intermediário, a ponta do Calcanhar, no Rio-Grande-do-Norte. Diogo Botelho, que também era cartógrafo a serviço da Espanha, em 1529, transportara o descobrimento de PINZÓN para oeste do cabo de São-Roque, e não para o sul, negando deste jeito a hipótese do cabo pernambucano. O Dr. Orville Derby, que também versou esta matéria com o seu conhecido critério e proficiência, não se aventura a uma identificação, mas, em vista do mapa de La Cosa, acha que o cabo de Santa Maria de la Consolación seria algum promontório ao oeste do de S-Roque, na costa dos atuais estados do Rio-Grande-do-Norte ou Ceará, estando Rostro Hermoso algumas leguas adiante. (18)

Capistrano de Abreu, para destruir um argumento de Varnhagem e firmar a sua hipótese do cabo de Santo-Agostinho, diz que, se PINZÓN saísse da ilha de SANTIAGO com rumo constante de S-SW, como afirmaram em juízo três dos seus pilotos, não chegaria nem mesmo a S.-Agostinho; passaria ao largo, umas 30 leguas. Para alcançar Mucuripe, a frota deveria ter vindo com o rumo de 40° S-W (19). Este raciocínio pressupõe uma matemática constância de direção, rumo invariável, o que é impossível através de tantas leguas de navegação num oceano.

Está claro que o argumento não aproveita nem a um e nem ao outro.

Além disto, é extremamente precário, por que: 1º., não se conhece precisamente o rumo seguido pela expedição (rumo médio), de Santiago às costas americanas, pois há discordância nos testemunhos: enquanto aqueles pilotos, invocados por Capistrano, dão S-SW, o almirante, muito mais autorizadamente, dá S-W, e, neste último caso, os navios teriam sido levados ao norte do Mucuripe; 2º., mesmo que fôsse possível manter um rumo constante, qualquer que êle fôsse, da ilha de SANTIAGO às costas brasileiras, num percurso de quase 300 leguas, os desvios por translação, ocasionados pelas correntes oceânicas e pelos ventos alísios, fazendo variar a direção (embora mantendo por hipótese o sentido ou rumo) da derrota, levando-a mais para leste ou mais para oeste, conforme o sentido dominante da resultante de tais fôrças perturbadoras, não permitiriam definir o ponto de chegada, visto a impossibilidade de apreciar aqueles elementos causadores dos desvios. Ora, a frotilha não só experimentou des-norteadoras tempestades, como teve de atravessar três correntes marinhas, a cuja influência se não podia furtar por espaço de muitas dezenas de leguas. (20)

Conseqüentemente, a questão do rumo, neste caso particular, pouco ou mesmo nada adianta. Todavia, fazendo-se abstracção dos efeitos das tempestades e considerando que a resultante dos movimentos conseqüentes das correntes seria inclinada para oeste, o rumo médio razoável da derrota deveria aproximar-se mais da informação dos pilotos do que da do almirante e seu sobrinho Arias Perez. Estes, sem dúvida, não referiram rumo; porém, de modo geral, somente o quadrante dentro do qual conduziram a viagem, aliás como era natural e prudente, atendendo as variações constantes das direções, em vista das numerosas causas de perturbações. (21)

Assim, pois, as considerações em tórno dêsses rumos nada adiantam para determinar o ponto de chegada de Pinzón nas costas brasileiras.

Entretanto, se os rumos transoceânicos nada explicam, os rumos costeiros, dados por PINZÓN e seus companheiros, ao deixarem o ponto inicialmente alcançado no litoral americano, conquanto também não concordantes entre si, singularmente esclarecem muita cousa; são mesmo de capital importância para uma racional interpretação de certas circunstâncias e dúvidas.

Torna-se possível com êles eliminar definitivamente a hipótese do cabo de Santo-Agostinho, abraçada por Capistrano e muitos historiadores notáveis.

Os rumos referidos em 1513 por PINZÓN e seus companheiros, nos depoimentos que constituem as *Probanzas del Fiscal y del Almirante*, ao partirem de SANTA MARIA DE

LA CONSOLACIÓN para o norte, perlongando a costa, são absolutamente incompatíveis com a direção do litoral pernambucano, ao norte do cabo de Santo-Agostinho.

Efetivamente, êste litoral pende um pouco para leste, e não para oeste, como seria preciso para que com aqueles rumos se ajustasse. Tal objeção, já apresentada por Varnhagem, mereceu de Capistrano contradita que se não ampara em boa lógica. Pergunta o historiador cearense: «Por que dizer que Pinzón não correu esta costa [a de Pernambuco], antes que dizer que êle *não soube* descrever a costa que correu?» Julga o mestre que o haver Pinzón errado é a opinião mais aceitável, por que há desacôrdo entre os seus companheiros «quanto à arrumação do litoral». (22)

O desacôrdo a que alude Capistrano, entretanto, é relativo e, como se vai ver, não autoriza a sua conclusão. Enquanto o almirante dá *oeste quarta a noroeste*, seus companheiros dão, Juan de Umbria *noroeste-sueste*, Dicgo Colmenero *nordeste*, e o físico Garcia Hernandez *noroeste*. Se, porém, recorrermos ao que *Pinzón* e seu sobrinho *Arias* relataram a Pedro Mártir d'Anghiera, pouco depois do regresso da célebre viagem, ainda em 1500, quando deviam naturalmente ter muito fresca a memória dos acontecimentos, achamos um ponto sólido do maior interêsse para a dilucidação da questão. Disseram os dois ao cronista, que o registou: «Seguiram-na [a terra ou costa] no *quadrante do noroeste*». (23)

Outro acatado cronista, Navarrete, informa: «Los nuestros [Pinzón e os seus companheiros] guian por entre poniente y norte, costeando hacia la equinoxial.» (24)

Examinemos com atenção os rumos consignados nas *Probanzas*, cêrca de uma dúzia de anos mais tarde. Verifica-se: 1.º) que qualquer dêles não se acomoda a uma partida do cabo de SANTO-AGOSTINHO, o que já concorre para estragar a hipótese do cabo pernambucano; 2.º) que os rumos dados por Colmenero e por Umbria são absurdos e não se coadunam com nenhuma localidade da costa nordestina ou norte do Brasil: o primeiro levaria a frota a retroceder para a Europa e o segundo conduzi-la-ia para o sul do Atlântico; ambos evidentemente inadmissíveis e só se podendo explicar como resultados de enganos no registo dos depoimentos, importa pô-los de lado; 3.º) que, quanto aos rumos indicados pelo físico Hernandez e pelo almirante, estão, um e outro, dentro do quadrante de N-W, perfeitamente de acôrdo com as informações que *Pinzón* e *Arias* haviam dado, em 1500, ao protonotário apostólico da Espanha, o cronista Pedro Mártir. Também se conformam com o que escreveu o escrupuloso Navarrete. A diferença entre os dois rumos é

relativamente pequena, inferior a meio quadrante, e ambos são incompatíveis com a hipótese do cabo de Santo-Agostinho.

A informação de *Pinzón a d'Anghiera*, 12 anos antes, deve ser a mais acertada e, applicando-se ao quadrante de N-W, serve para tôda a derrota costeira, excluindo o trecho de Pernambuco ao Calcanhar; a que forneceu nas *Probanzas* devia referir-se ao rumo da partida (25). Destas considerações resulta evidente que o desacôrdo denunciado por Capistrano não merece a importância que lhe emprestou. E como os rumos realmente apurados se ajustam maravilhosamente à PONTA-GROSSA, ou outra qualquer ao norte desta, avigoram a identificação do cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN com essa ponta cearense. Finalmente, afasta qualquer possibilidade de identificação com qualquer ponta ou cabo ao sul do CALCANHAR.

Verificado que não foi no cabo de Santo-Agostinho que abicou Pinzón, cabe apreciar as duas outras hipóteses: MUCURIPE (Varnhagem) e CALCANHAR (Barão do Rio-Branco).

Varnhagem apoia a sua identificação em raciocínios muito breves e vagos, incapazes de gerar convicção. Diz que Juan de La Cosa, no seu mapa confeccionado em 1500, situa o «cabo descoberto por PINZÓN» muito a oeste da terra que aí se diz «descoberta por Portugal» (Pôrto-Seguro), e todos sabemos, acrescenta, que o cabo de Santo-Agostinho fica bastante a leste desta terra. E, ainda, que Diogo Ribeiro, em 1529, indicou o descobrimento de Pinzón para oeste do cabo de São-Roque e não para o sul. É evidente que apenas com tais elementos não se pode identificar o cabo de SANTA-MARIA de Pinzón com a ponta do MUCURIPE; porém o emérito historiador afirma haver *muitas razões* que militam em favor da sua hipótese. Não as declara.

Orville Derby julgou que essas indicações do Visconde de Pôrto-Seguro eram insuficientes para estabelecer uma identificação e, por isso, limitou-se cautelosamente a observar que o cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN «seria algum promontório ao oeste do cabo de São-Roque», anotando que a identificação de Varnhagem é apenas plausível. Realmente, qualquer cabo situado a oeste do de São-Roque, inclusive a PONTA-GROSSA, sòmente em vista das suas considerações, oferece a mesma plausibilidade.

Quanto à identificação de Rio-Branco com a ponta arenosa e baixa do CALCANHAR, apresentam-se duas interessantes objeções. Primeiramente, a dificuldade que teria PINZÓN de alcançá-la, em vista dos arrecifes, baixos e parcéis que a circundam pelo mar e que, naquele difícil trecho do litoral, protegem a costa continental contra a ação abrasiva do oceano. Acresce que a ponta do Calcanhar já está situada um pouco dentro do

canal de S.-Roque, no qual a navegação é muito perigosa para os pilotos que dêle não têm sufficiente experiência. Em segundo lugar, não teria sido possível à frota de Pinzón avistar a ponta do CALCANHAR, baixa e pouco perceptível, antes de tê-lo feito a outros pontos da costa muito mais evidentes, por perto dos quais teria de passar para ali chegar. De fato, se PINZÓN entrasse no canal pelo norte, teria prèviamente lóbrigado a ponta de *Santo-Cristo* ou, pelo menos, o morro *Branco* ou do *Cajueiro*, que é visível a 18 milhas do mar; se tivesse entrado pelo sul ou pelo canal dos *Touros*, ter-se-lhe-ia deparado a ponta da *Gameleira*, sôbre a qual se alteiam os morros do mesmo nome, visíveis a 16 milhas do mar. Ainda outra razão concorre para invalidar a hipótese de Rio-Branco: o CALCANHAR é uma pequena ponta, como se disse, baixa, arenosa e pouco saliente, só notável por que assinala o ponto de inflexão do litoral; os antigos nautas jamais a incluïriam na categoria de *çabo*.

Afastadas as identificações que até o presente têm sido propostas pelos historiadores, resta examinar a que vimos de aventar: PONTA-GROSSA ou da JABARANA.

O nome de ROSTRO HERMOSO, dado provàvelmente por PINZÓN à ponta que avistou na costa onde fêz a sua segunda estação e onde Diogo de Lepe alguns dias depois encontrou ainda erguida a cruz que o seu predecessor havia pôsto aí, está assinalado no mapa de La Cosa, com os seguintes dizeres:

«1º desasalo hua cruz».

E êsse lugar corresponde muito exatamente ao nosso MUCURIBE. Com efeito, além da adequada posição do lugar em relação a tôda a costa, a forma da linha litorânea nas vizinhanças ou o contôrno da praia representa de modo assaz expressivo interessantes e característicos detalhes. Uma enseada (a do Mucuripe), aproximadamente no próprio local onde devia estar a cruz; e dali para oeste, o sinal da foz de um rio (por ventura o rio Ceará), além do qual estão indicados o "*G. de arrecifes*" ou golfo dos arrecifes, correspondendo à enseada do Pecém ou Pericuara, ambas emparceladas e tendo a leste pontas coroadas de arrecifes em franja. Para o lado oposto, leste, a conformação do litoral ainda é mais impressionantemente adequada. Adiante da ponta do Rostro Hermoso (Mucuripe), a linha da costa segue a princípio quase reta e logo depois se encurva para representar a enseada do IGUAPE, protegida por uma ponta regularmente saliente, em frente da qual o mapa regista os dizeres *punta del medano*, com notável propriedade.

Realmente, na ponta do IGUAPE se eleva o morro do mesmo nome, com 394 pés de altura (cêrca de 100 metros), visí-

vel a mais de 20 milhas do mar. E êsse morro nada mais é do que uma grande duna de areias, *um medano* (que os espanhóis definem: *montón de arena casi á flor de agua*). Tal como é o caso alí.

A identificação do ROSTRO HERMOSO com o MUCURIPE resulta extraordinariamente clara do exame cuidadoso do mapa de LA COSA.

A leste da "punta del medano" (Iguape), no referido mapa, segue-se um trecho de costa uniforme e sem inscrições, que termina numa saliência ou ponta, à direita da qual e bem próximo está escrito: "C° de Stmª", evidentemente, *cabo de Santa-Maria* e, provavelmente, o *de la Consolación*.

A posição dêste cabo corresponde muito aproximadamente à que deveria ser a da PONTA-GROSSA. Tanto mais quanto, para confirmar a identificação, um pouco mais a leste, está representada uma praia relativamente uniforme, onde se lê: "*Motes arenosas*", justamente no lugar onde se eleva a série de morros agora conhecidos pelos nomes de *Cajuz*, *Manibú*, *Tibau*, etc..

Estas considerações completam de modo insofismável a identificação do *cabo de Santa-Maria* de PINZÓN com a PONTA-GROSSA ou da JABARANA, no litoral do município de Aracatí; neste estado.

* * *

A data exata em que PINZÓN desembarcou na costa cearense, no lugar que vimos de determinar, não pode ser fixada com absoluta precisão. Cronistas e historiadores não estão de pleno acôrdo. Mártir dá *septimo kalendas februarii* (26 de Janeiro), opinião aceita por Moñoz e vários historiôgrafos. Gomara limita-se a dizer que no fim de Janeiro; e Navarrete apega-se à relação italiana dos *Paesi nuovamente ritrovati*, para adotar o dia 20 de Janeiro. O Barão do Rio-Branco, depois de severo exame crítico da matéria, conclue por uma data muito próxima de 1.º de Fevereiro ("Exposé historique", Berna, 1900.). Esta opinião, sem dúvida, é bastante criteriosa e inspirou a data que Orville Derby abraçou, *2 de Fevereiro*, considerando que êsse é o dia em que a Igreja Católica celebra a festa de Santa-Maria (Purificação de Nossa Senhora). Aceitámos esta data que explica o porquê da denominação, e está conforme com o hábito daquele tempo, quando um místico desejo levava o nauta agradecido a relacionar o seu feliz descobrimento com a divindade que o teria propiciado, isto é, aquela a que o dia do acontecimento era dedicado.

Idêntico critério serve para fixar no dia 4 de Fevereiro o descobrimento do MUCURIPE (Rostro Hermoso), pois neste

dia se festejava a santa Verônica, que, segundo Derby, num velho calendário espanhol traz o nome aplicado pelo descobridor. (26)

* * *

PINZÓN diz que descobriu tôda a costa, do cabo de Santa Maria de la Consolación, isto é, da PONTA-GROSSA, até a província dos PARICURAS, que fica ao norte do rio Amazonas, ou seja até o cabo a que chamou de S.-VICENTE e agora se chama ORANGE. Este cabo, como sabemos, é o extremo norte do litoral brasileiro e limita a baía do Oiapoque, dentro da qual despeja o rio que durante muitos anos teve o nome de VICENTE-PINZÓN e separa o Brasil da Guiana Francesa.

Daquele cabo em diante, o almirante ainda navegou ao longo da costa, mas como esta, logo dali ou de mais adiante um pouco, já tinha sido reconhecida, completa ou parcialmente, por Colombo e Hojeda, achava-se fora dos seus imediatos interêsses, pois nela não podia resgatar por lho vedar a *licencia reyal*. (27)

Êstes descobrimentos se divulgaram em Espanha, como se depreende da capitulação com que os reis fizeram PINZÓN capitão e governador de «ciertas islas é tierras firmes que posistes los nombres siguientes Santa Maria de la Consolación, é Rostro Hermoso, hasta el dicho rio que vos posistes nombre de Santa Maria dela Mar-dulce com las islas que estan a la boca del dicho rio que nombra Marino tubulo . . .». Este interessantíssimo documento foi firmado em 1501, em Granada.

É possível que êles tivessem sido também conhecidos em Lisboa, onde se acompanhavam com cuidado e particular interêsse os descobrimentos espanhóis. Está bem patente que as terras referidas nessa capitulação não podiam ser as já percorridas ou descobertas por Colombo ou Hojeda. Conseqüentemente, deviam estar situadas aquém do cabo Orange e não ao norte da baía do Oiapoque, de um certo ponto para o gôlfo de Pária, como supõe o professor Leite, onde a *Pinzón* se não permitia fazer descobrimentos, por já terem sido as respectivas costas desvendadas por aqueles conceituados nautas. *Pinzón* tira a respeito tôda a dúvida, quando diz, com grande prudência e propriedade, que os seus descobrimentos, a contar do cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN, iam à província dos PARICURAS, inclusive, isto é, até o atual cabo de ORANGE, extremo do Brasil. Dali por diante, o almirante não fala mais em descobrimento, limita-se a afirmar que perlongou a costa, «corrió de luengo», como se de fato se tratasse de região já anteriormente reconhecida ou descoberta por outro.

Devemos à perspicácia de Caetano da Silva, que Capistrano sobrelinha, a atenção para esta curiosa circunstância.

Sustenta Duarte Leite que PINZÓN não alcançou terras brasileiras e dá como fundamento desta assertiva o ter o almirante adornado a narrativa que fêz a Pedro Mártir (em 1501) com várias *patranhas*, e, demais, *se deixa cair em contradições*.

As patranhas a que se quer referir o ilustre professor já foram objetos de considerações: dizem respeito à história do desaparecimento e reaparecimento da estrêla Polar. É matéria morta, malgrado o esforço por salvá-la.

Quanto às contradições, consistem no fato de o almirante *dizer aquí que avistou Consolación no ano mesmo em que Colombo visitara Pária*, quando bem sabia mediava ano e meio entre os dois acontecimentos. *Pinzón*, ao informar Mártir sôbre a sua viagem, diz ter deixado a Espanha no fim do ano de 1499 (circiter kalendas decembris, anni noni et nonagessimi a quadingentessimo supra millessimo, como escreve o cronista), e ainda como consta de documentos oficiais da responsabilidade dos seus sobrinhos *Arias Perez* e *Diogo Fernandez* e d'êle próprio (ver cédulas ou provisões expedidas de Granada, em 5 de Dezembro de 1500 e em 21 de Junho de 1501). Não é crível, pois, que nas PROBANZAS conscientemente fôsse referir ter chegado à América muito antes da sua própria partida de Palos. Trata-se de absurdo tão grande, que os espíritos ponderados e insuspeitos imediatamente se convencem de que aí houve um êrro, um engano ou mal entendido no assento do escrivão do feito, e não uma contradição do almirante.

Em busca de elementos com que inutilizar o descobrimento de *Pinzón*, Leite acrescenta: «A extensão real de costa percorrida [do cabo de Santa Maria de la Consolación a Pária], a direção que lhe marca o diploma [capitulação de 5 de Setembro de 1501] e a minguada nomenclatura [imposta pelo nauta] indicam claramente que *Pinzón* não esteve em 1500 ao sul das Guianas», não tendo, conseqüentemente, chegado a ver terras brasileiras. Não é difícil verificar que êstes novos argumentos oferecem a mesma frágil consistência dos anteriores, empregados para o mesmo fim.

Além do almirante, seus sobrinhos *Arias Perez* e *Diogo Fernandez* e ainda um estranho bastante autorizado, *Colmenero*, declaram ter percorrido 600 leguas de costa, do cabo de Santa-Maria a Pária. Ora, nesse cômputo não se encontra nada de extraordinário, se não que se recusa ajustar ao cabo de Santo-Agostinho, aliás como realmente devia ser, em vista do que vimos de expor. Trata-se de uma estimativa tão aproximada da verdade quanto era possível naqueles tempos de técnica náutica tão rudimentar, numa viagem ao longo de costa difícil de

ser percorrida no sentido e na estação em que o fêz *Pinzón*.

Efetivamente, o tenente-coronel Ricardo Gomes Jardim, em 1844, escreve num roteiro: «Indo ao Maranhão, os ventos de Março a Setembro são favoráveis e também as correntes; mas, de Setembro até Março, é tão grande a corrente para oeste que faz *perder a estimativa* do caminho.» (In tomo 6º. da Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio-de-Janeiro.)

Ora, como a viagem que se analisa se realizou do começo de Fevereiro a Abril, é claro que durante um certo tempo, cêrca de dois meses, teve de lutar com aquelas dificuldades de que nos fala Gomes Jardim: *Pinzón*, ainda menos bem aparelhado do que no caso que o nosso oficial previa no seu descrever, de certo algumas vezes perdeu a estimativa do caminho, ou o cômputo das leguas percorridas. Daí, sem dúvida, é que empregou um número redondo, aproximadamente prudente, mas que, sem o suspeitar, estava muito perto da verdade. Digamos de passagem que os barcos de *Pinzón* eram ainda menos eficientes do que aqueles em que o Padre Vieira baseou as suas observações para descrever tão impressionantemente as dificuldades de tal derrota um século mais tarde.

Não deve passar despercebidamente o fato de que, malgrado as dificuldades da derrota que faziam perder freqüentemente o cômputo das leguas, o número destas, concordantemente referido por vários dos mais autorizados marinheiros da expedição, vale por interessante confirmação, tanto das afirmativas do almirante quanto à extensão e posição das terras que descobriu, como da identificação do ponto do litoral nacional primeiramente avisado pelo descobridor espanhol.

O geógrafo brasileiro F. A. Raja Gabaglia diz que a costa do cabo ORANGE à ponta do CALCANHAR mede 2310 quilômetros, e é fácil verificar em qualquer bom mapa moderno que daquele cabo ao golfo de PÁRIA vão cêrca de 1450 quilômetros, donde o total de 3760, ou sejam 621 leguas náuticas espanholas. Deduzindo desta soma a distância da ponta do CALCANHAR à PONTA-GROSSA, que se avalia muito precisamente em 31 leguas, a derrota de *Pinzón* foi de fato de 595 leguas! Esta surpreendente aproximação (êrro inferior a um por cento) é possivelmente o produto da experiência dos nautas com uma certa dose de coincidência. Basta atentar nas perturbações a que estava sujeita a diuturna estimativa do caminho, a extraordinária extensão dêste e a variação desta com a navegação mais ou menos chegada à praia.

Isto posto, já se não permite, da circunstância de estar o desenvolvimento da viagem tão de acôrdo com as declarações dos nautas, sacar argumento negativo da veracidade ou exatidão

da exposição de Pinzón a Mártir, quanto à sua estadia ao sul das Guianas. Pelo contrário, a extensão da costa dada pelos nautas passa a ser valioso elemento de convicção.

* * *

Outro ponto a considerar é o da orientação da costa, que, no dizer do professor Leite, «entre Mucuripe e Pária não tolera, de forma alguma, a direção uniforme do noroeste, que lhe confere o diploma já citado das capitulações em 1501».

Observemos, porém, que dos documentos existentes relacionados com o caso se não depreende que tal direção seja *uniforme*. Pelo contrário, êles deixam compreender que é variável dentro de um quadrante, o quadrante de N-W, justamente como tolera admiravelmente tôda aquela costa.

Efetivamente, a direção da derrota ao longo da costa era, como escreve Navarrete, «entre poniente y norte» (*in* «Viajes por la Costa de Paria»), isto é, dentro do quadrante referido.

E não se podem suscitar dúvidas sôbre isto, por que, resumindo o relato que PINZÓN e seu sobrinho Árias fizeram a Mártir d'Anghiera, pouco depois de regressados em 1500, o historiador luso diz: «Seguiram-na [a costa entre Consolación e Pária] no *quadrante de noroeste*», tal como se lê *in* DESCUBRIDORES DO BRASIL, à página 101.

Indubitavelmente, a verdade é que dentro dêste quadrante se acomodam tôdas as direções que a costa referida apresenta.

* * *

Não comporta especial atenção a objeção alegada de que a riqueza da costa em aspectos não se conforma com a penúria de denominações dadas por PINZÓN. Quer dizer: a penúria de topônimos atribuídos a *Pinzón* é prova ou indício de que não percorreu essa costa!

Os topônimos que conhecemos, referidos a Pinzón, são realmente poucos; mas seriam sômente êsses registrados em circunstâncias tão fortuitas? Acreditamos que o número fôsse algo maior, não muito maior, por que grande porção das costas percorridas não despertavam o interesse que movia o nauta: costas áridas, arenosas, quase sem aguadas, com escassa população indígena de baixa cultura, onde em fim era impossível resgatar qualquer coisa, trocar bugigangas com ouro ou pérolas.

O que mais despertava o sentimento de cobiça dos des-

cobridores e armadores espanhóis, depois de achado o continente americano, era a face econômica ou mercantil da empresa e não a caracterização das terras descobertas ou percorridas, que se contavam por centenas de leguas e tôdas acabariam pertencendo à coroa de Castela. Se a costa desvendada se mostrava capaz de poucos frutos, não podendo satisfazer os interesses imediatos das expedições, que custavam tão caro, não merecia atenção e cuidados ao nauta, e então parcamente lhe batizavam os acidentes geográficos.

Assim, a extensão real da costa percorrida por PINZÓN, a direção desta costa e a pretendida pequenez da lista dos topônimos de PINZÓN não indicam a ausência dêste nauta nas costas brasileiras em 1500; ao invés, a exata conferência da extensão dada pelo almirante e seus companheiros com o real desenvolvimento do litoral percorrido, e a inclusão de tôdas as direções verificadas ao longo de tal trecho da costa sul-americana, representam indícios valiosos de que PINZÓN esteve naquele ano em terras do Brasil.

* * *

Incansável no procurar meios para afastar os navegadores espanhóis da costa do Brasil em 1500, Duarte Leite socorre-se ainda de mais um fato, por outros paladinos da prioridade de Cabral também lembrado, que intitula: O ACHADO DO MARANHÃO. Pinzón, escreve o ilustre historiador, não percorreu a costa que alegou, por que, se o houvesse feito, teria encontrado dois, e não apenas um *mar dulce*, correspondentes ao Amazonas e ao Orenoco. «A maravilha do mar doce deveria ser duas vezes falada nas capitulações de 1501, na narrativa de Mártir e igualmente nas PROBANZAS e tôdas estas fontes se referem a um único mar doce»

Conclue daí que êsse mar doce, referido naquelas fontes, é o correspondente ao rio Orenoco e não ao Amazonas.

Entretanto, é possível com lógica melhor concluir, inversamente, em favor do rio Amazonas e, o que é mais curioso, explicar a omissão de um mar doce nas fontes mencionadas.

Não repugna a ninguém a idéia de a expedição pinzoniana, ao passar em frente às bôcas do Orenoco, ter-se afastado um pouco da costa, a ponto de deixar de perceber o fenômeno da dulcificação do oceano, naturalmente ali menos intenso e extenso do que no Amazonas. Sabe-se que a alcalinidade do mar em frente ao Orenoco não só é menor e de extensão mais reduzida, como mais variável, em função da vazão do rio. No Amazonas, praticamente, não se percebe esta variação no curso do ano, em

vista da grande regularidade do seu regime, sobretudo no curso inferior. Por outro lado, a relativa proximidade da foz do Orenoco da do Amazonas e a marcada influência dêste ao longo da costa que lhe fica ao norte, até muitas leguas, por efeito do grande volume de vasa que lança constantemente no mar e da corrente equatorial, que arrasta os dejectos para o norte, bem poderiam ter dado aos nautas de Pinzón o pensamento de que não havia dualidade do fenómeno, mas que o segundo seria simplesmente o prolongamento do primeiro.

A hipótese do afastamento da frota, acima referida, é perfeitamente razoável, por dois motivos. Primeiramente, por que, ao deixar ela o rio Amazonas, fugindo dos efeitos da porroca, pois, «las naves estuvieran a gran riesco por el impetude de las olas, que estrechadas por aquellos cañalizes y bajos suelen de repente elevarse sobre cinco varas con ruido espantoso, destruyendo cuanto se les opone» (Navarrete), sòmente tocou em limitados pontos da costa, em que apenas encontrou «unos pueblecillos arruinados y tal cual tropa de indios errantes, que, assombrados y tímidos, al divisar los bajeles huian a las montañas o se encubriam em bosques espesos» (Navarrete). Por tanto, gente que não podia corresponder aos seus propósitos mercantís. E, sem interêsses na região, era de esperar, para ganhar tempo, tivesse encurtado o caminho, andando um pouco ao largo. Em segundo lugar, além do cabo ORANGE, a costa já havia sido descoberta por Hojeda e Colombo, razão por que nela não podia licitamente resgatar; nada tendo que fazer por alí, o que convinha era passar adiante, sem perder tempo, navegando a certa distância da praia.

Sabemos que tais considerações não são bastante fortes para destruir o argumento do Dr. Leite, mas, sem dúvida, o enfraquecem. Observemos, porém, que a província dos PARICURAS, referida por PINZÓN e depois por vários cartógrafos antigos, não é nenhuma região do Orenoco ou da Venezuela, mas a região que fica imediatamente ao norte do rio Amazonas, no atual Amapá. O seu nome provém dos índios de igual nome, que lá habitavam. (Baena e Caetano da Silva, *in* "L'Oyapoc et l'Amazone", vol. II, pég. 381, ed. Rio-Branco.)

Êste argumento é decisivo: o rio que corresponde ao *mar dulce*, o rio a que PINZÓN chamou de SANTA MARIA DE LA MAR DULCE, sendo o que fica ao sul dos PARICURAS, só pode ser o Amazonas, e nunca o Orenoco ou qualquer outro. Recordemos ainda que Caetano da Silva salienta o fato muito significativo de PINZÓN dizer ter descoberto tôda a costa do cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN até a província de PARICURA, inclusive, mas não a costa dalí por dian-

te, até o golfo de PÁRIA, que já fôra então por outros compatriotas descoberta. Sem interêsses precípuos nesse trecho, êle apenas *corrió de luengo*, sem desembarcar ou fazendo-o raramente, em grandes intervalos e sem lhe dar maior atenção.

* * *

O provector historiador nada quer deixar escapar e recorre ainda a um diploma de 1519, em que Carlos V concede brasão de armas a certos descendentes de *Martin* e de *Vicente Pinzón*, documento interessante, que examinámos cuidadosamente.

Esse diploma refere-se a dois descobrimentos: o primeiro é o de Colombo, em 1492, e o segundo, na opinião do professor Leite, não é o de Pinzón, em 1500, por que apenas três são os navios indicados no documento, e não quatro. Observa que o diploma exige que Diego de Lepe participasse ao menos de um dêsses descobrimentos e, como não acompanhou Colombo na sua primeira viagem e nem Pinzón em 1500, conclue que a provisão real alude, no segundo descobrimento, à expedição de Lepe, o qual teria sido o verdadeiro descobridor do Brasil e do GRAN RIO (Amazonas), e não PINZÓN!

Mas, efetivamente, da leitura atenta da provisão real, dada em Barcelona, a 23 de Setembro de 1515, ressalta, com bastante segurança, que aquele segundo descobrimento é o de PINZÓN, em 1500, o qual está ali perfeitamente caracterizado, com as referências suficientes para afastar qualquer dúvida, desde «la costa de las Perlas», o descobrimento de seiscentas leguas de terra firme (os descobrimentos de Lepe foram insignificantes), o mandado ou licença dos Reis Católicos, etc. Por outro lado, oficialmente está registado o descobrimento de Pinzón com evidente primazia sôbre o de Lepe (ver *Probanzas*); êste, na sua época, ao contrário daquele, mereceu tão pouco aprêço que dêle não dão notícia os primeiros e principais cronistas espanhóis do Novo Mundo, inclusive o meticoloso e autorizado Pedro Mártir, que, como membro do Conselho das Índias Ocidentais, devia colher em primeira mão, e mui completas, as mais importantes e sensacionais notícias dos próprios descobridores, como o fêz com Pinzón.

Está visto que, dado o valor pessoal de *Pinzón*, da sua ilustre família, dos auxílios que esta prestou a Colombo diretamente no descobrimento do Novo Mundo, o mais interessante acontecimento político e econômico da época para a COROA ESPANHOLA, não podia deixar esta de agraciar PINZÓN, preferindo-o naturalmente a Lepe, muitíssimo menos eficiente, e não ligado ao grande feito do genovês, primo objetivo do diploma.

O professor Leite verificou na sua consulta às *Probanzas*, texto integral publicado em 1894, que LEPE fez à América, pelo menos, cinco viagens, sendo a primeira de 1499 a 1500, com *um número de navios que não conseguiu determinar* (ignoro com quantos navios, diz textualmente, à pág. 58, *in* "Descobridores do Brasil"); a segunda viagem, de Novembro de 1500 a Setembro de 1501, com 3 caravelas; as outras não interessam ao caso em curso. Daquí tiramos a conclusão lógica de que o historiador não estava autorizado a afirmar que LEPE, no descobrimento do trecho de costa brasileira, em 1500 (primeira viagem), trazia 3 navios, confundindo esta viagem com a segunda. Quer o articulista que o número de navios fôsse 3, e não outro qualquer, para ajustar-se ao de navios figuradós no respectivo brasão. É evidente, porém, que o desenho se refere ao descobrimento da América por Colombo, que levava 3 caravelas. Este descobrimento de capital importância não se pode comparar ao de Pinzón e muito menos ao de Lepe, que foi de resultados tão mesquinhos. Um e outro não mereciam tal distinção em face do de Colombo. Dilue-se dêste jeito o mais sério argumento com que jogava o ilustre professor, para declarar que o diploma real de 1515, de Carlos V, se referia a Diogo de Lepe, e não a Vicente Pinzón.

* * *

Quanto à autenticidade da viagem de Lepe ao Brasil em 1500, o que ficou atrás consignado parece bastar para afastar qualquer dúvida.

Esse nauta espanhol fez várias viagens ao Novo Mundo, mas ao caso que se estuda só a primeira interessa. Dela não se ocupa Pedro Mártir d'Anghiera nem Lopez de Gomara ou Gonzales de Oviedo.

Desatendida pelos mais antigos cronistas, só Frei Bartolomeu de las Casas, o notável e humanitário biógrafo de Colombo, aí pelo meio do século XVI, e bem mais tarde Antônio Herrera, dela trataram. Porém são as *PROBANZAS*, aquí tantas vezes referidas, a fonte essencial de informações.

A principal e mais ponderável objeção de Duarte Leite à viagem de Lepe ao Brasil, antes de Cabral, consiste em estranhar que, tendo êste nauta mantido relações oportunas com Juan de la Cosa, a sua nomenclatura, constante das *PROBANZAS* (apenas 6 nomes), não figure no planisfério do cartógrafo. Indubitavelmente, havendo Lepe percorrido cêrca de 600 leguas de costas (embora de somenos importância para seus objetivos mercantís), como afirmou e o seu irmão e companheiro Juan Rodri-

guez confirmou em depoimento, não se teria limitado a tão mesquinha nomenclatura. Quem pode documentadamente afirmar que todos aqueles nomes escritos no contorno representativo da costa nordestina e norte do Brasil não foram ditados por Lepe a La Cosa ?

Nas PROBANZAS, o piloto da expedição, Andrés de Morales, referiu que Lepe traçou uma figura (*croquis*) da costa que percorreu, destinada ao bispo de Córdova, D. Juan de Fonseca, do conselho real, para quem também La Cosa fêz o seu planisfério (Navarrete). O esboço de Lepe provavelmente serviu a La Cosa, na confecção do famoso mapa. E isto permite que se faça uma regular idéia dos descobrimentos da expedição em terras brasileiras.

Como o Dr. Derby salienta, o exame atento do mapa de La Cosa indica que o autor teve informações minuciosas relativas ao trecho da costa que vai de um ponto um tanto ao oeste do cabo de São-Roque até a foz do Orenoco. A configuração relativamente boa deste trecho (28), a presença de nomes e a colocação, debaixo do Equador, da grande endentação que representa a foz do rio Amazonas indicam com muita segurança, que esta parte do mapa foi copiada de um mapa anterior, um protótipo, baseado nas observações de um ou mais dos primeiros navegantes (ver "A Costa do Nordeste do Brasil na Cartografia Antiga", O. Derby). Como o autor norte-americano, ao que parece, não tinha notícia do esboço referido por Morales, visto a êle não fazer nenhuma alusão, esta observação tão aguda contribue para confirmar, não só o depoimento concernente ao *croquis* de Lepe, como a própria viagem dêste às costas brasileiras em 1500.

Lepe originalmente descobriu apenas o trecho de costa relativamente pequeno a leste do cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN ou PONTA-GROSSA, até um lugar ao sul da ponta do CALCANHAR, não muito distante desta, dentro do canal de S.-ROQUE. Parece claro que Lepe, ao sul do CALCANHAR, não aportou a nenhum lugar e não deu nome a nenhum acidente. Talvez a dificuldade de navegação no canal explique a razão por que foi tão breve essa digressão. Isto nos leva a supor que convém não confiar muito no dizer dos cronistas que afirmam haver Lepe chegado ao cabo de SANTO-AGOSTINHO e, dobrando-o, verificado que a costa firme segue continuada para o sudoeste. Esta noção da direção da costa alí deve ser atribuída a informações do condutor da notícia do descobrimento do Brasil por Cabral.

* * *

Em resumo. O Brasil não foi descoberto por Alonso de Hojeda, que nem chegou a transpor a linha equatorial. A frota

de Vicente Pinzón, em 1500, cruzou aquela linha e alcançou a costa brasileira na PONTA-GROSSA, perto do ARACATÍ, no CEARÁ, em 2 de Fevereiro de 1500. Da PONTA-GROSSA, costeou para o norte, até o golfo de Pária, numa extensão de 595 leguas. Cêrca de um mês depois de Pinzón, aportou à costa nordestina, um pouco a leste da PONTA-GROSSA, a expedição de Diogo de Lepe, e dali seguiu para o sul, descobrindo pequeno trecho de costa e a ponta do CALCANHAR, verificando a inflexão do litoral para o sul.

Notas do Capítulo Primeiro

- 1) — A data da partida de PINZÓN não é objeto de dúvida quanto ao ano; porém, quanto ao dia e mês, divergem os cronistas coevos. O mais autorizado, Pedro Mártir d'Anghiera, diz: *circiter kalendas decembris*.
- 2) — Segundo Lopez de Gomara, autor da "Historia General de las Indias", Saragoça, 1552.
- 3) — Como se verá adiante, depois de discutidas tôdas as hipóteses, até o presente propostas, não pode deixar de ser no CEARÁ o lugar primeiramente descortinado por gente européia no Brasil.
- 4) — Ver GOMARA, ob. cit., tomo I, cáp. LXXXV.
- 5) — Realmente, o mapa de La Cosa não representa o estuário ou gólfão do MARANHÃO, por que, infelizmente corresponde ao rasgão do pergaminho que suprimiu o trecho de costa do delta do Parnaíba à foz do rio Gurupí, aproximadamente. É possível que PINZÓN, que ali esteve, o anotasse e LEPE o tivesse consignado na *figura* da costa que desenhou para o bispo Fonseca.
- 6) — A larga e profunda chaufradura que rasga o contórno da costa norte do Brasil cortada pela linha equatorial, como se vê no mapa de La Cosa, indica que de fato PINZÓN e possivelmente LEPE estiveram na embocadura do rio AMAZONAS, o qual, segundo a capitulação real de 1501, várias vezes referida no texto, foi então batizada pelo almirante com o nome de SANTA MARIA DE LA MAR DULCE.
- 7) — O nome de MARINO TAMBULO parece ter sido aplicado por PINZÓN à região ou pelo menos às ilhas da embocadura do grande rio.

- 8) — O exame cuidadoso do mapa de La Cosa permite identificar, sem sombra de qualquer dúvida, tanto o cabo de Santa Maria de la Consolación (PONTA-GROSSA), como o Rostro Hermoso (MUCURIBE).
- 9) — Segundo o testemunho de Antón Colmenero, nas *Probanzas*, aí no gôlfo de Pária, LEPE alcançou o seu parente VICENTE PINZÓN.
- 10) — Do depoimento de André de Morales, nas *Probanzas*, sabe-se que LEPE desenhou uma *figura* das costas que percorreu.
- 11) — PROBANZAS é o nome com que se abrevia a referência ao processo judiciário (1508—1527) com que Diogo Colombo, filho do descobridor, contendeu com a coroa de Espanha.
- 12) — Ver capitulação de 1501, com que os Reis Católicos fazem PINZÓN capitão e governador das terras que descobriu, *in* tomo XXII da Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio-de-Janeiro.
- 13) — Ver “Descobridores do Brasil”.
- 14) — Ver nota de n. 12.
- 15) — SOPHUS RUGE, *in* “Los Descubrimientos Geograficos”, na Hist. Univ. de G. Oncken, ed. espanhola, tomo XIX.
- 16) — Ver capitulação indicada na nota 12.
- 17) — Realmente, Vicente Pinzón, depondo nas PROBANZAS del Fiscal y del Almirante, em 21 de Março de 1513, por tanto 13 anos depois de haver descoberto o cabo de SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN, afirma que este cabo era o mesmo cabo de Santo-Agostinho, situado «en la parte de Portugal». O fiscal real aceita esta identificação, mas o êrro de PINZÓN é evidente e foi revelado, há já bastante tempo, por VARNHAGEM.
- 18) — Ver “A Costa Nordeste do Brasil na Cartografia Antiga”, de Orville Derby.
- 19) — Capistrano de Abreu, *in* “O Descobrimento do Brasil”.
- 20) — *In* cronistas espanhóis, Mártir, Gomara, Navarrete, Herrera, etc.

- 21) — Cortam o oceano Atlântico transversalmente três correntes marinhas, nas proximidades do Equador, as quais cobrem, segundo J. Rouch, uma extensão maior de 15° de latitude.
 - 22) — Capistrano de Abreu, *in* "Desc. do Brasil".
 - 23) — Pedro Mártir, "Décadas".
 - 24) — Navarrete, *in* "Viajes por la costa de Paria", ed. Calpe.
 - 25) — Por isso que, embora não se ajuste à costa pernambucana, serve para qualquer ponto da costa, a contar da ponta do CALCANHAR para o norte. Ver GOMARA, na sua "Hist. Gen. de las Ind."
 - 26) — O. Derby, *ob. cit.*
 - 27) — O descobrimento de Pinzón só podia ser oficialmente reconhecido até este ponto (cabo ORANGE) aproximadamente, em vista da licença real que lhe permitiu vir fazer no Novo Mundo descobrimentos e resgates. Ele bem o sabia, tanto que apenas chama *descobrimiento* à parte correspondente ao trecho ao sul daquele ponto, isto é, do cabo de Santa Maria de la Consolación até a província dos *Paricuras*, inclusive. O mais, dali para o norte, *corrió de luengo*.
 - 28) — Efetivamente, a configuração deste trecho, como salientámos alhures, é boa, tão boa quanto era possível fazer naquela época, com os recursos para tal disponíveis, a um perito cartógrafo. As chanfraduras do MARRANHÃO e do AMAZONAS, as endentações do MUCURIPE e do IGUAPE, etc., oferecem uma expressiva prova disto.
-

Segundo Capítulo

SUMÁRIO: I — *As primeiras viagens pela costa do Ceará. Gonçalo Coelho ou João Coelho. Diogo Ribeiro e Estêvão Fróis. Pero Galego no Camucim? Haro e João de Braga. Reconhecimento oficial da costa; Diogo Leite. A frota de Aires da Cunha. A expedição dos filhos de João de Barros e a de Luiz de Melo. Por que as costas nordestinas eram então freqüentadas. Relação das expedições conhecidas e presumidas que velejaram pelas costas cearenses no XVI século.*

II — *O Ceará e as capitanias hereditárias. João de Barros, Aires da Cunha, Antônio Cardoso de Barros e Fernão Álvares. A expedição colonizadora do cronista. As tentativas de colonização de Jerônimo e João de Barros Júnior. Antônio Cardoso não tentou colonizar sua capitania. As misteriosas ruínas de Camucim. Primeiras localidades visitadas na costa do Ceará. Dificuldades da navegação e centrifugismo das praias nordestinas.*

I — *As primeiras viagens pela costa do Ceará.* No decurso do XVI século, as viagens pelas costas do atual estado do Ceará compreendem interessante capítulo da proto-história desta região. É, entretanto, dos mais obscuros, e foi sempre a sua sistematização cautelosamente adiada pelos historiadores patrióticos.

Os cronistas poucas vezes falam de excursões náuticas pelo litoral do nordeste do Brasil, acima do cabo de São-Roque, e, quando o fazem, é com impressionante insegurança. Confundem acontecimentos importantes, sobrepõem-nos ou baralham sucessos. (1)

* * *

Depois de Diogo de Lepe (Março de 1500), o primeiro europeu que se supõe tenha perlongado as costas brasileiras, ao norte do cabo de São-Roque, foi *João Coelho* ou talvez *Gonçalo Coelho*. Parece provável que aquele precedeu a êste realmente por pouco. *Gonçalo Coelho* velejou por estas costas com grande descrição ao mesmo tempo que o peoneiro das expedições portuguesas, historicamente bem definidas, para o Brasil, *André Gonçalves*, costeava desassombradamente o litoral ao sul daquela inflexão da TERRA-DE-SANTA-CRUZ, impondo-lhe nomes até o cabo Frio ou até Cananéia, em São-Paulo.

Gonçalo Coelho, ao que se presume com bons fundamentos, acompanhara *André Gonçalves* com o seu navio, agregado ou não à pequena frota exploradora, que se compunha apenas de três caravelas. Portugal, com as finanças debilitadas, encontrava-se então impossibilitado para fazer coisa de maior importância.

A armada, conquanto muito modesta, trazia o célebre piloto florentino Américo Vespúcio, cujo nome, sem que o presumisse, se ia em breve perpetuar no batismo do novo continente, descoberto eventualmente por Colombo. Ao nauta italiano, devemos os principais informes relativos a esta expedição; pouca coisa, depois de devidamente cecõimados os seus relatórios, concernentes à matéria, das fantasias com que costumava ilustrar as suas aventuras pelo Novo Mundo.

André Gonçalves e *Gonçalo Coelho* partiram de Lisboa no dia 14 de Maio de 1501; cruzaram com a frota do almirante Pedro Álvares Cabral, que retornava da Índia, na altura do arquipélago de Cabo-Verde, no pôrto de Beseneghe ou Bezeguiche, hoje Dacar, na costa africana.

Depois de 11 dias de demora ali, partiu a armada, levando o rumo de S-W. Navegando na zona tórrida, quase ao longo do Equador, notou Vespúcio com certa estranheza que no mês de Junho fazia bastante frio e que os dias eram iguais às noites. No fim de 67 dias de viagem, a 17 de Agosto, alcançou a terra brasileira, na ANGRA-DE-SÃO-ROQUE, ao norte do cabo que posteriormente tomou êste nome, certamente em território cearense (2). Supõe-se com boas razões que, ali, a armada cindiu-se: *André Gonçalves* seguiu para o sul, e *Gonçalo Coelho* para o norte, na sua caravela, trazendo a missão de reconhecer reservadamente o trecho litorâneo, até onde era de crer atingisse a soberania lusitana. (3)

Não são conhecidos os frutos dessa primeira exploração pelo norte, mas é de notar-se tenham sido satisfatórios, e isso bem pode explicar o motivo por que o capitão, logo depois, foi escolhido pelo rei, segundo informa o cronista Damião de Góis, para comandar outra frota, muito mais vultosa e importante, destinada a novos reconhecimentos pelas aguas e costas do Brasil meridional. (4)

Esta viagem de reconhecimento pelo nordeste brasileiro não goza de geral aceitação; mas, indubitavelmente, resulta incontestável do exame do planisfério de *Cantino*, confeccionado em Lisboa por artista português de mérito, no ano de 1502. Efectivamente, o traçado bastante correto do contôrno da costa nordestina do Brasil evidentemente não deriva do mapa de Juan de la Cosa e, como nestas condições, houve sem dúvida quem

pudesse ao cartógrafo lusitano proporcionar dados e indicações tão certas para o desenho respectivo, importa concluir que, antes de Outubro de 1502, chegara à capital lusitana alguma embarcação que tivesse percorrido aquelas costas brasileiras. O mapa que analisámos, concluído naquele mês, pressupõe, pois, a expedição de 1501, conduzida por *Coelho*. A ausência de inscrições no trecho em aprêço, isto é, ao longo da costa brasileira ao norte do cabo de SÃO-ROQUE, longe de contraindicar o asserto, confirma-o ou ao menos o reforça. Explica-se pela semi-clandestinidade da derrota por paragens cuja jurisdição política era incerta, zona em parte disputada por Castela, em conseqüência da imprecisão da linha demarcatória, insuficientemente definida no Tratado de Tordesilhas. A inscrição aposta no mapa de *Cané-rio*, organizado em 1505 ou 1506, interessando a costa nordeste da América do Sul, inclusive a do Brasil até a ANGRA-DE-SÃO-ROQUE («Toda esta terra he descoberta por mandado del rey de Castella»), reproduzida em latim no mapa-mundi de Waldsmüller, que já é de 1507, mostra como a confusão de extremas perdurava. De fato, as dúvidas sobre os limites setentrionais do Brasil ainda persistiram por algum tempo depois do Congresso de Badajoz, em 1514; a demarcação era discutida no mar, entre os nautas que demandavam a região. (5)

A referência de Fróis a João Coelho deixa supor que anos antes dêle (não 20 anos, como diz) êsse nauta andara pelas costas nordeste do Brasil. Esta suposição encontra certo apoio no fato de velhos mapas da costa do Maranhão registrarem o nome (que se aplica a um rio cujas aguas despejam no mar, um pouco à leste do gôlfão) de *rio de João de Lisboa*.

O interessante mapa de Pedro Reinel, que é de 1516 e foi organizado em Portugal, traz o topônimo *R. de Joham de Lixboa*. Sem dúvida, houve qualquer relação memorável entre o rio e o nauta dêste nome para que se applicasse àquele o nome dêste. (6)

Em 1513, perlongou as costas cearenses e outras do nordeste brasileiro, até cêrca de 150 leguas da linha equatorial, uma caravela que o traficante holandês *Cristóvão de Haro* e alguns portugueses armaram em Lisboa e mandaram com mercadorias de resgate para o Brasil. Êste navio chegou a um pôrto da costa brasileira, provàvelmente a uma enseada abrigada, perto da abra que agora se chama do RETIRO-GRANDE, anteriormente denominada baía ou gôlfo dos ARRECIFES, nos mapas quinhentistas. É mesmo possível tivesse sido a essa enseada, eficientemente protegida dos ventos dominantes de leste e de sueste com um promontório bem saliente, desde então chamado CORSO, do sobrenome dos irmãos *Francisco* e *Pero*, tripulantes da carave-

la ou, como é factível, por esta embarcação lá encontrados. (7)

A caravela que alí estivera seguiu para o norte, explorando a costa até o Maranhão, como julga Orville Derby, ou até o estuário do rio *Coreaú* ou *Camucim*, como nos parece mais razoável em vista do atento exame do único documento que perpetua vagamente a memória do sucesso. (8)

Capitaneando nativos, estava nesse pôrto o aventureiro português *Pero Galego*, deixado por outra expedição anterior, que poderia ou não ter sido a de *Gonçalo Coelho*. Séria desinteligência surgiu entre os índios e os marinheiros, presumivelmente movida por *Galego*, a todos os quais pretenderam matar. (9)

Por êste motivo, ou por outro qualquer, a caravela de *Haro* com a sua tripulação deixou o ancoradouro, mas, logo desamparada, foi colhida pelos ventos e fortes correntes marinhas desfavoráveis, comuns ao largo das costas nordestinas, ao sul do Maranhão. Em péssimas condições de navegabilidade, «toda comesta de busano», foi arrastada para as Antilhas. Em Pôrto-Rico, as autoridades locais, suspeitando de infração ao Tratado de Tordesilhas, prenderam os tripulantes e os remeteram para a ilha de São-Domingos.

Entre os prisioneiros estavam *Estêvão Fróis* e os irmãos *Francisco* e *Pero Corso*. Êstes declararam em São-Domingos, no processo em que se viram envolvidos, «que vynam [de Portugal] a descobrir terras novas» do rei luso. Isto induz a suposição de que os dois *Corsos* faziam parte de uma expedição exploradora de terras ou de reconhecimento, por tanto de algum modo oficializada, antes que de um navio simplesmente mercantil. Do contrário, êles teriam naturalmente falado em resgates. Daí, por que parece razoável colocá-los em uma expedição clandestina não muito distante de 1513, visto como parece pouco provável que tivessem vindo em 1501 ou antes, com *Gonçalo Coelho* ou *João Coelho*. Conquanto possível, seria difícil explicar como conseguiram manter-se por tanto tempo desamparados entre os índios, e sem que do fato houvesse ficado uma tradição, tal como alhures ocorreu.

Estêvão Fróis escreveu duas vezes ao rei de Portugal, relatando pormenorizadamente a desventura da expedição, o injusto processo e o cativo que sofria havia um ano, desde que alí tinha chegado com os patrícios, sem esquecer os tormentos de agua e cordéis a que os irmãos *CORSOS* haviam sido submetidos. Das cartas escritas de São-Domingos ao rei, sômente se conhece a última, que é de 30 de Julho de 1514. Implora *Fróis* com muita habilidade, ao soberano, que olhe para a sua inocência e promova os meios de a êle e aos companheiros remediar com justiça. (10)

Como veremos adiante, em 1513 ou antes, ainda outra expedição, ou simples navio, percorreu estas costas. Isto também se depreende da curiosa carta de Estêvão Fróis. O nome *Marañon*, que aparece já no mapa de Ottomano Freducci em 1514, organizado na Itália, não teria vindo das expedições ou emprêsas de *Haro*, desta data ou da de 1513; não haveria tempo bastante para isto. Poderia provir da mesma fonte de que se serviu Alberto Cantino, em 1502, porém é muito mais plausível supor partisse de expedições menos remotas. A circunstância de algum modo concorre para fortalecer a hipótese de viagens intermediárias, entre 1503 e 1513.

Depreende-se de diversos acontecimentos colhidos nos relatos da "Nova Gazeta Alemã", do cronista Antônio Herrera ("Décadas") e da carta de Estêvão Fróis que *Cristóvão Haro*, associado a *D. Nuno Manuel*, mandou outra expedição ao Brasil, composta de dois navios, que deixaram Lisboa na manhã do ano seguinte, Fevereiro ou Março. Separaram-se as duas embarcações: uma seguiu para o sul do Brasil, quicá do continente, e voltou pela ilha da MADEIRA com o produto dos resgates; a outra, com a sua modesta tripulação, dirigiu-se para o norte ou nordeste do Brasil e provavelmente velejou pelas nossas costas. Em algum ponto, porém, desgarrada e tomada pelos ventos e correntes marinhas, viu-se arrastada para Darien, nas Índias Ocidentais de Castela. Presa a tripulação e enviada para São-Domingos, ali encontrou outras vítimas dos nossos mares e ventos alísios, as quais, depois, como lembra *Varnhagem*, com o valioso apoio de *Capistrano de Abreu*, identificando o caso ao referido por Herrera, foram permutadas por sete espanhóis prisioneiros dos portugueses.

Fróis talvez tivesse vindo de Lisboa na caravela de *Haro*, em 1513, mas é também possível supor que fôra recolhido em certo lugar da costa, onde tivesse abicado o navio. Esta hipótese decorre naturalmente das referências que o missivista faz a um *Diogo Ribeiro*, arauto do rei, que o havia encarregado de olhar bem pelas cousas da terra, em um certo rio, onde os dois deviam ter permanecido mais tempo do que se torna lícito admitir numa simples estação para refrescar ou resgatar. Na sua primeira carta ao rei de Portugal, *Fróis* explicara que os índios tinham morto *Diogo Ribeiro*, razão por que, como súdito zeloso, tomara a si aquela recomendação real (11). Portanto, passando a *olhar bem para as cousas do lugar*. Isto induz a crer que *Fróis* já estava no Brasil, com *Ribeiro* e outros aventureiros, certamente numa missão clandestina, mas do conhecimento do rei. Supõe *Capistrano* que *Fróis* devia ser desertor de alguma frota, fantasia a que se pode acrescentar: reco-

lhido ao rio onde se achava *Diogo Ribeiro* com a sua gente, veio a conhecer um alvará régio que a êste investia em certas funções, possivelmente de caráter prospectivo, assassinou o arauto do rei, ou fê-lo matar os índios, e usurpou o seu lugar, mas, de certo, isto não foi do agrado dos demais; mal visto, procurou safar-se na primeira oportunidade asada, que foi a passagem da caravela de Haro. Tudo isto, cumpre notar, não passa de presunções mais ou menos plausíveis.

* * *

A análise cuidadosa da cartografia dos cinco primeiros lustros do XVI século, na parte que interessa especialmente à costa nordeste do Brasil, deixa bem claro que realmente entre 1502 e 1520, além das duas caravelas do traficante flamengo, outros navios portugueses percorreram estas costas, refrescando, fazendo aguada ou resgatando com os aborígenes.

Os dois mapas de Reinell, que são de 1516, o de Maiollo, de 1519, o de Turim, de 1523, e especialmente o de Diogo Ribeiro, de 1529, constituem provas positivas de que algumas expedições lusas visitaram o litoral nordestino e do norte do Brasil. A relativa perfeição do contorno das costas nesses mapas, a nomenclatura portuguesa por vezes admiravelmente rica, como no mapa de Turim, as legendas informativas, como no de Ribeiro, e certos detalhes extremamente expressivos, como a representação dos baixios marinhos, no mapa do colégio da *Propaganda Fide*, só se podem explicar mercê de viagens, no caso portuguesas, ao longo de tais costas.

No mapa de Ribeiro, que se encontra no colégio mencionado, vê-se ao largo da costa do Rio-Grande-do-Norte, em frente aos arrecifes do cabo de São-Roque, os "baixos de Juã de braga". Evidentemente, êste João de Braga era um nauta peninsular, provavelmente português, que por ali andara antes de 1529 e descobrira aqueles baixios. Ora, quem naqueles tempos chegava a tais paragens era forçado pelos ventos e correntes a ir para as costas nordestinas, no cotovêlo continental, e, arrastado, para o norte. Podemos dizer, com muita probabilidade de acertar, que Braga velejou pelas nossas costas antes de 1529, e não muito longe desta data, por que, do contrário, os mapas que precederam ao de Ribeiro teriam figurado os baixios.

O padre Hafkemeyer, após criterioso estudo das cartas marítimas do litoral, oriundas daquele comêço de centúria, conclue que viagens, clandestinas ou não, foram muito freqüentes até a região do Pará, e acrescenta: «Mas, quando em 1514, o govêrno da Espanha protestou contra o avanço dos navios por-

tugueses até a Guiana, acabaram de todo [12].» O *todo* deve ser omitido.

* * *

Não eram sômente as viagens voluntárias que traziam às costas Leste-Oeste, acima do cabo de São-Roque, naus e caravelas européas; algumas com outro destino que se aproximavam do litoral, entre aquele cabo e o de Santo-Agostinho, arrebatadas pela "contrariedade contínua das aguas e dos ventos", sentiam-se compelidas a seguir ao longo das mencionadas costas, sem que pudessem encontrar meios para regressar.

É que, como observou o padre Vieira, «é notável a força que em todo aquele cotovêlo de costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céus e os ventos que em companhia das aguas, e como arrebatados delas, correm perpétuamente de Leste a Oeste». (13)

Durante todo o XVI século temos notícias de navegações por essas costas de sul para norte, mas nenhuma se registou em sentido contrário. Quem de Pernambuco, em barco, ia um pouco adiante da Paraíba já não podia regressar por mar, voltava por terra ou, se persistia, a bordo tinha de continuar para o norte e passar freqüentemente às Índias Ocidentais.

* * *

Já na primeira metade do primeiro século do descobrimento do Brasil, traficantes estrangeiros sem autorização legal e corsários, especialmente franceses, percorriam as costas coloniais, pondo em risco a soberania lusitânica na América. As incursões na Baía e em Pernambuco estão bem documentadas; mas, na costa além do cabo de SÃO-ROQUE, conquanto certas e até numerosas, deixaram poucos e duvidosos informes.

O fato explica-se naturalmente pelo abandono em que tais costas estiveram durante todo um século.

João de Barros, filho do cronista homônimo, numa petição ao rei, para que lhe proporcionasse recursos com que voltar a povoar a capitania que fôra doada a seu ilustre progenitor, refere-se à ida anual de franceses àquelas costas nordestinas: «... é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quais todos os anos vão a ela a carregar brasil por ser o melhor pau de tôda a costa. E fazem já casas de pedra...» (14)

Em face do crescente perigo da apropriação estrangeira, já não bastavam as expedições exploradoras ou comerciais que o

governo português, associado ou não a negociantes ricos, mandava ao Brasil; impunham-se providências mais enérgicas, visando direta e definitivamente o afastamento dos flibusteiros. Daí, as armadas guarda-costas, de *Cristóvão Jaques* e outros, que percorreram o litoral, entre o cabo de S.-AGOSTINHO e o RIO-DA-PRATA. A pesar da perseguição aos intrusos e especialmente aos franceses, a medida não custou a revelar-se insuficiente: o litoral era muito longo e o mar demasiado amplo para serem bem policiados.

As dificuldades opostas aos aventureiros no sul fizeram-nos voltar-se mais assiduamente para o norte e nordeste, onde achavam o melhor pau-brasil de toda a costa. Operavam os gauleses audaciosamente ao longo do que se chamou a "costa do pau-brasil", entre o Ceará e o Cabo-Frio. O resgate clandestino desta preciosa mercadoria, longe de amesquinhar-se, progredia; o entrelopo multiplicava-se, e avultava o número das nações estrangeiras que olhavam cobiçosas para o Brasil.

A fama dos tesouros achados facilmente no outro lado da América, além disso, vinha de impressionar vivamente o governo metropolitano, assoberbado de despesas. Tornava-se, pois, necessária e urgente ação que superasse a daquelas armadas; era preciso mais intensa e larga ocupação do litoral, a instalação de núcleos demográficos sólidamente fixados à terra e bem defendidos; era indispensável averiguar com interesse as possibilidades econômicas do interior e, sobretudo, verificar a maneira prática de passar da costa atlântica às famosas minas do Perú. Esperava-se que providências desta espécie, aliadas a inteligentes negociações diplomáticas, afastassem as dificuldades prementes e possivelmente trouxessem grandes recursos financeiros à coroa. Parte importante de tais medidas foi confiada à experiência e dinamismo de *Martim Afonso de Sousa*, que, à testa de uma armada de 5 navios de diversos tipos e 400 homens, largou de Lisboa a 3 de Dezembro de 1530. Já os limites do Brasil na costa se tinham firmado — do rio Amazonas para o Sul. Entre os comandantes dos barcos, destacava-se o da caravela "Princesa", *Diogo Leite*.

Ao chegar a expedição a Pernambuco, o capitão mandou que este fôsse reconhecer e firmar o domínio luso nas costas do nordeste e norte, enquanto ele devia fazê-lo nas do sul. Levando as duas únicas caravelas da armada, a *Princesa* e a *Rosa*, partiu *Diogo Leite* do rio de PERNAMBUCO (o atual rio Igarapé), em fins de Fevereiro de 1531. Acompanhando a costa, foi até além do Maranhão ou talvez da foz do Amazonas, tendo, conseqüentemente, costeadado o litoral cearense, perquerindo a sua geografia e anotando os fatos relevantes. (15)

Pensa acertadamente Orville Derby que a esta expedição se deve atribuir o novo aperfeiçoamento nos mapas que entraram na cartografia entre os anos de 1529 e 1534, do qual especialmente se beneficiaram as cartas de Diogo Ribeiro, Gaspar Viégas e quantas mais a estas copiaram, em Portugal e fora do reino. (16)

* * *

A região nordeste e norte do Brasil, na divisão do País em capitânicas hereditárias, fôra doada a quatro ilustres e prestigiosos portugueses, três dos quais logo pensaram em tirar grandes proventos da exploração. *João de Barros*, o cronista, *Aires da Cunha* e *Fernão Álvares de Andrade*, associados, em 1535 organizaram uma emprêsa para povoar os seus domínios. Sob o comando do segundo, bem aparelhada frota singrou do Tejo para Pernambuco, donde, reforçada com mais um pequeno barco, se aventurou para o norte, perlongando costas mal conhecidas e sobretudo mal afamadas; as costas dos terríveis *potiguaras*. Na altura do cabo de SÃO-ROQUE, a pequena embarcação adicional perdeu-se e a tripulação, recolhida por uma nau espanhola, foi levada às Antilhas. Sem dúvida, esta nau castelhana percorreu o litoral cearense e nêle, como era costume, refrescou, fêz aguada, se não também algum escambo com os índios.

O grosso da expedição continuou na sua derrota para o norte e seguramente costeou o litoral do Ceará, que, quase pela metade, fazia parte da capitania mista de *João de Barros* e *Aires da Cunha* (primeiro quinhão). Destinava-se ao Maranhão, de onde talvez se pudesse ir facilmente aos Andes dadivosos. Mas, nos baixios e emparcelados, já mui próximo do destino, naufragou a capitânea, e o resto da armada alcançou a ilha da Trindade ou das Vacas, que os franceses depois chamaram de SÃO-LUIZ. (17)

Esta aparatosa tentativa de colonização maranhense fracassou, porém outra foi empreendida, 15 anos depois, em 1550. Confiada aos dois filhos de *João de Barros*, *Jerônimo* e *João*, a nova frota foi ter, como da primeira vez, a Pernambuco e dali seguiu para o norte. Após duas frustradas tentativas de estabelecimento no primeiro lote (Rio-Grande-do-Norte e Ceará, até um pouco além de Fortaleza), a armada prosseguiu para o Maranhão. No Ceará, deve-se com bastante verossimilhança localizar a segunda daquelas primeiras tentativas de estabelecimento. Esta nova emprêsa colonizadora, organizada pelo feitor da casa da Índia e Mina, não foi bafejada pela sorte. Do quinhão do Rio-Grande-do-Norte e Ceará, que media 100 leguas de costas e

possuía alguns trechos sedutores, o gentio escarmentado e reacionário afastara os colonizadores, não permitindo que em parte alguma se firmassem. No Maranhão, não conseguindo lucros e esperanças que justificassem os sacrifícios empenhados, os filhos de *João de Barros*, depois de 5 anos de duras canseiras, retornaram a Portugal.

* * *

Um dêles, *Jerônimo de Barros*, em requerimento feito ao rei, diz que, na tentativa de povoamento, acima referida, no Maranhão, resgatou alguns homens, que naquele lugar andavam, dos que se perderam com *Luiz de Melo*.

Luiz de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas, influenciado pelas notícias de ricas minas de ouro no norte do Brasil ou no nordeste, de onde também se pensava ser possível passar ao fabuloso Perú, com o auxílio real, em 1554, no comando de uma armada que trazia algumas centenas de homens, andou à procura de «alguma boa capitania que pedir a el-rei» por estas paragens. A sua frota, «não podendo passar de Pernambuco desgarrou com o tempo e aguas e se foi entrar no Maranhão [18]». Sem que houvesse conseguido êxitos em terra, passou além e acabou indo ter à ilha Margarita, na Venezuela, arrastado pelos ventos contrários. Voltou a Portugal, foi à Índia e quando regressava com o intuito de tornar ao Brasil, com as riquezas ali acumuladas, desapareceu no mar.

Depreende-se desta narrativa que também *Luiz de Melo*, com a sua frota, velejou pelas costas cearenses, provavelmente em meados de 1554, por que em Novembro «se perdio en esta costa al leste de la boca de Marañon». (19)

* * *

Outros viajantes, repetimos, perlongaram as costas do Ceará entre 1500 e 1600, mas somente de um ou outro resta desbotada lembrança ou registo de confiança; da maioria, não subsiste notícia.

O célebre descobridor do rio Amazonas, Francisco Orellana, em cartas ao rei de Espanha, Carlos V, 3 anos depois do seu notável feito (Agosto de 1541) descendo o maior rio do mundo, pede autorização para contratar marinheiros lusos com que organizar a sua expedição pela «costa del rio» que, a princípio, em Castela, teve o seu próprio nome, e observa que somente êstes, os marinheiros de Portugal, «tienen gran noticia della por la *continua navegacion* que por alli tienen . . .» (carta de 8 de Maio). Mais tarde, o explorador insiste: «. . . si no son los pi-

lotos portugueses, no hay otro ninguno que sepa tan bien aquella navegacion por la continuacion que por alli tienen . . . » (20)

Orellana deixa bem claro o fato de que já antes de 1541 marinheiros portugueses conheciam suficientemente as costas norte do Brasil.

As dificuldades em costear de oeste para leste e facilidades de fazê-lo no sentido contrário àquelas e às ribas nordestinas, e especialmente as circunstâncias que cooperavam no sentido de levar à saliência sul-continental da América as embarcações que do alto mar demandavam o Brasil central e norte, concorriam de certo modo para levar os marinheiros lusos a freqüentar as regiões indicadas pelo descobridor espanhol. Mas, notando que o cotovêlo do continente sul-americano constituía a zona de eleição para a convergência dos barcos sujeitos às ações combinadas dos ventos e correntes marinhas, chega-se naturalmente à conclusão de que a maioria dos marinheiros, a que se refere Orellana, passaram ao longo das costas cearenses e maranhenses antes de alcançarem a foz do rio Amazonas.

De certo, muitos dêsses marinheiros ignorados, cujas viagens, por clandestinas, ficaram sem registo e cujas atividades em terras americanas, por ilegais, escaparam aos cronistas, eram daqueles a que João de Barros, confirmando Orellana, diz que vinham de Portugal e salteavam os gentios das suas capitánias, fazendo-lhes tôda sorte de insultos. (Ver a nota de n. 28.)

Gabriel Soares, em 1587, no seu curioso "Tratado Descritivo do Brasil", faz referências a navios que se perderam pela costa da Paraíba, até o rio do Maranhão, a cujos naufragos tanto mal fizera o gentio pitiguara. Ora, a costa dêstes selvagens era permanentemente, segundo o mencionado cronista, a que se estendia da Paraíba ao rio Jaguaribe, no Ceará. Mas êles excursionavam freqüentemente até muito adiante, para o norte. Tôdas as cem leguas de costas da capitania de João de Barros eram então dominadas pelos pitiguaras.

Diogo Ribeiro, o célebre cartógrafo português a serviço do rei da Espanha, anota em um de seus mapas (1529), como vimos, um tal *Joham de Braga* que dera seu nome a uns baixos da costa do cabo de São-Roque. Salvo circunstâncias especiais, êste nauta visitou as nossas costas, dadas as condições físicas que a isto obrigavam os leves barcos da época.

Estêvão Fróis, além de falar, na sua carta de S.-Domingos (Julho de 1514), em «Joam Coelho ho da porta da cruz visynho da cidade de lixboa», que muitos anos antes dêle andara por aquelas costas, menciona um tal *Diogo Ribeiro*, com quem se achava num rio (que não nomeia e nem localiza com precisão) de tais costas. Fala também de um *Pero Galego*, que capita-

neava índios noutra ponta da costa; finalmente, refere-se ainda aos irmãos *Corsos*, deixando a suspeita de que a cada um dêles pode corresponder viagem diferente (21). Se assim é, cumpre admitir incursões desconhecidas, certamente correspondentes às das referências de Orellana.

E esse curioso *Bastião Marinho* de que fala Gabriel Soares, piloto da costa, que num caravelão subiu um rio do Maranhão 20 leguas, talvez em busca do Perú, quando e como chegou ali? E, ainda mais, o português *Nicolau de Resende*, que, tendo naufragado nos baixios do Maranhão, aproximadamente em 1570, veio por terra, ao longo do mar, em paz com os tapuias, que deviam ser os tremembés? Aqui, evidentemente, se vislumbra uma autêntica viagem desconhecida, inédita. (22)

* * *

A sedutora idéia de que seria possível ir das ribas do Atlântico, no nordeste brasileiro, às minas do Perú, contribuiu positivamente para que essas costas fôsem assiduamente procuradas naqueles tempos; mas, logo que o ponto preferido para ir aos Andes se mudou ou fixou no gôlfo do Maranhão, de onde, pelos grandes rios que lá despejam, se teria caminho fácil, as praias ao sul foram perdendo interêsse. Depois, as vistas voltaram-se para o rio Amazonas, que se confundira antes com o Maranhão. Orellana, partindo do Perú, chegou ao Pará, em 1541; não houve mais quem duvidasse daquele ambicionado acesso. O enorme desenvolvimento do rio, o longo tempo requerido pela derrota entre selvagens eram sérios obstáculos que arrefeciam os empreendimentos.

Compreende-se então por que, malgrado o perigo da navegação nas costas nordeste e norte do Brasil, onde os escolhos, os ventos desfavoráveis e as correntes marinhas desnordeadoras fizeram soçobrar tantas embarcações e a muitas outras desgarravam e arrastavam para as Antilhas, foram tão amiúde procuradas; por que as tentativas de penetrar pela terra a dentro assáz freqüentes, e finalmente, por que o esforço de colonização repetido.

* * *

Em resumo, das expedições que a Europa enviou à América meridional no XVI século e velejaram pelas costas cearenses, nove ou dez estão mais ou menos reveladas e algumas delas perfeitamente autenticadas; de outras, restam vaguíssimas referências; de muitas, perderam-se o registo e a memória.

Daquelas, eis a relação:

- PINZÓN, 1500, descobrimento da costa nordestina e norte do Brasil.
- LEPE, 1500, cêrca de um mês depois da precêdente; mesma derrota.
- JOÃO COELHO, possivelmente em 1501.
- GONÇALO COELHO, 1501; é difficil distinguir da precedente.
- DIOGO RIBEIRO e ESTÊVÃO FRÓIS, antes de 1513 ou em 1513.
- Caravela de CRISTÓVÃO HARO, 1514, resgatando com os índios, talvez escravizando-os.
- JOÃO DE BRAGA, antes de 1529, incerta.
- DIOGO LEITE, 1531, reconhecendo oficialmente a costa até o rio Amazonas.
- UMA NAU CASTELHANA, 1536; de passagem para as ÍNDIAS OCIDENTAIS, recolheu náufragos portugueses.
- AIRES DA CUNHA, 1536, de passagem para o MARANHÃO.
- JERÔNIMO e JOÃO DE BARROS, 1550 ou 1551, tentativa de colonização.
- LUIZ DE MELO, 1554, de passagem para o norte.
- NICOLAU DE RESENDE, 1570; embarcação que naufragou nos baixios do Maranhão e de cuja tripulação escapou êste nauta.

* * *

O Ceará e as Capitánias Hereditárias — Na divisão do Brasil em 12 capitánias, D. João III reservou para o famoso cronista *João de Barros* e o capitão *Aires da Cunha*, que se associaram, 150 leguas pela costa nordeste e norte, em dois lotes separados. O primeiro, com 100 leguas de extensão, devia começar onde acabasse o quinhão setentrional da capitania destinada a *Pero Lopes* (Itamaracá), isto é, na baía da TRAIÇÃO, costa da Paraíba, ou talvez na ponta que limita a enseada dos BÚZIOS, no *Rio-Grande-do-Norte*. Estas cem leguas dali se estendiam pelo litoral até a enseada da CURUMICUARA, então chamada ANGRA-DOS-NEGROS (23). Em seguida, corriam as 40 leguas de costa doadas a *Antônio Cardoso de Barros*, que deviam findar, aproximadamente, no estuário do rio CAMUCIM ou RIO-DA-CRUZ. Dali ao cabo de TODOS-OS-SANTOS, onde se abre a baía de São-José, Maranhão, estava a doação ou capitania do vedor da fazenda real, *Fernand'Alvarez de Andrade*, com 75 leguas. Para adiante, ficava o segundo lote de *João de Barros* e *Aires da Cunha*, com 50 leguas. Compreendia a melhor parte do Maranhão, com o seu rico e grande gôlfo, rios e ilhas.

A extensão, a excelência da maior porção das capitâneas do Feitor da Casa da Índia e as promessas de existência de minas de ouro e pedras preciosas explicam o seu empenho na exploração e colonização do Maranhão.

O litoral do Ceará, pois, interessava a três capitâneas, de que apenas uma, a de *Antônio Cardoso*, ficava inteiramente nêle contida, numa extensão de 40 leguas, entre a enseada de CURUMICUARA e a foz do rio CAMUCIM ou COREAÚ. As duas outras eram: ao sul, a capitania do Rio-Grande-do-Norte (1.º quinhão de João de Barros e Aires da Cunha), que ainda compreendia cêrca de 41 leguas de costas no Ceará, e, ao norte, a do Piauí (Álvares de Andrade), ocupando 10 leguas no extremo norte da costa.

Os quatro donatários que participaram de doações territoriais no Ceará gozavam da mais alta importância social e política em Portugal.

O ilustrado historiador *João de Barros* (1496/1570), além das *Décadas*, que o celebrizaram, escreveu a *Rópica Pneuma*; que teve grande divulgação, a *Viciosa Vergonha*, a *Crônica do Emperador Clarimundo*, uma *Gramática da Língua Portuguesa* e outras obras de valor para o seu tempo. Gozava de largo prestígio junto ao rei, como se avalia pelo cargo de "feitor da casa da Índia e Mina", provido nêle desde 1533, emprêgo de confiança, de muita responsabilidade, cuidados e importância.

O capitão *Aires da Cunha*, marinheiro de nomeada, comandara a armada dos Açores e distinguira-se particularmente como capitão-mor do mar, em Malaca.

Fernão Álvares de Andrade fôra conselheiro do rei e exercera o elevado cargo de secretário e tesoureiro-mor da coroa. (24)

Finalmente, *Antônio Cardoso de Barros*, cavaleiro fidalgo, cujo prestígio se consolidara em serviços valiosos prestados no reino e em África. Filho de João de Barros (outro que não o cronista) e irmão de Francisco de Barros, escudeiro fidalgo, casou-se com D. Guiomar Dias Botafogo, filha de André Dias Botafogo, e depois com D. Francisca Aguiar, em Tânger. O seu filho *Cristóvão de Barros* foi destacado protagonista na conquista de Cergipe, em 1589, e, segundo o *Barão de Studart*, teve valiosa atuação na história do Rio-de-Janeiro.

Cardoso de Barros é considerado o verdadeiro donatário do Ceará, embora a maior porção do território que atualmente constitue êste estado estivesse contida no lote de 100 leguas de *João de Barros* e *Aires da Cunha*.

Os *forais* de direitos e mercês mandados passar pelo rei em favor de *João de Barros*, *Aires da Cunha* e *Antônio*

Cardoso, em ÉVORA, foram escritos pelo chanceler-mor *Fernam Dalvarez* (o outro concessionário de terras cearenses), e datam, os dois primeiros, de 11 de Março de 1531 e, o último, de 20 de Novembro do mesmo ano. (25)

João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares, para melhor robustecer a emprêsa de povoar e explorar as suas capitâneas, consorciaram-se e em 1535 organizaram uma grande e aparatosa expedição, que, em 10 navios, sob o comando experimentado do segundo, devia trazer ao Brasil 900 homens e 113 cavalos (26). A armada, règeiamente provida de recursos, partiu de Lisboa em Novembro e aportou em Pernambuco para refrescar, colhêr informações relativas às regiões que ia desbravar, e reabastecer-se. Tomou um *lingua* para entendimento com os indígenas e reforçou-se com uma fusta de remos que devia seguir adiante, reconhecendo e sondando os trechos de mar menos explorados e perigosos. Este pequeno barco, cedido por Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, já de há tempos instalado na sua capitania, fôra construído ali mesmo e devia ser de grande utilidade para a expedição, que passaria pelo arriscado canal de SÃO-ROQUE. Infelizmente, desgarrou um pouco adiante do cabo deste nome e perdeu-se. Os tripulantes, recolhidos por uma nau espanhola, que por acaso passava naquelas alturas, foram conduzidos às Antilhas. Tentaram os expedicionários entrar em relações com os índios *potiguaras* das costas riograndenses, mas, como-nada houvessem conseguido, prosseguiram com destino ao Maranhão.

Passaram pelas costas do Ceará e praias da capitania de Fernão Álvares sem acidente de importância, mas, já nas proximidades do golfo do Maranhão, a capitânea soçobrou nos perigosos baixios e escolhos que por ali abundam. Entretanto, a frota, assim desfalcada, entrou na baía e os colonizadores desembarcaram na ilha da *Trindade*, que logo depois se chamou das *Vacas* e mais tarde de SÃO-LUIZ. (27)

Bem recebidos pelos gentios locais, que, então, eram *tapias*, não souberam contudo assegurar por muito tempo a necessária amizade que os devia estabilizar na região, permitindo-lhes povoar e explorar o amplo e rico território.

Depois de três anos de improfficuos trabalhos e despesas, em que fizeram várias tentativas para reconhecer o interior, sentiram a necessidade de retornar à pátria, o que realmente fizeram em 1538. Aconteceu, porém, que três das embarcações, desnorteadas pelos ventos e arrastadas pelas correntes, foram, como era então habitual, levadas para as Antilhas, de onde finalmente passaram ao reino.

O desastre não arrefeceu no cronista o desejo de coloni-

zar as suas capitâneas. Organizou nova expedição em 1551 e confiou-a a seus filhos *Jerônimo* e *João*. Os resultados desta nova empresa ainda foram menos animadores, «por os gentios della [capitania] estarem escandalizados asy dos moradores das outras capitâneas como de pessoas deste reyno que vão a dita capitania fazer saltos e roubos cativando os gentios da terra e fazendo lhe outros insultos . . .» (28). Os expedicionários, depois de 5 anos de laboriosas tentativas, decidiram abandonar a capitania e voltar a Portugal; porém, ainda desta vez, o mar e os ventos conspiraram, e a frota, ao regressar, foi obrigada a ir ter à ilha Margarita. (29)

Os filhos do cronista chegaram ao Brasil animados e esperavam promover ótimos negócios; tinham como certo realizar “grande resgate douro” . . . Em três pontos diferentes tentaram iniciar o povoamento e fazer resgates. Os dois primeiros ensaios foram nas costas do lote de 100 leguas, entre o pôrto dos Búzios e a Angra-dos-Negros, que fica cêrca de 50 quilômetros a oeste de Fortaleza, no Ceará. Tôda esta costa era habitada ou percorrida pelos índios *potiguaras*, que, por terem sido várias vezes salteados, roubados e preados para escravos pelos portugueses, lhes faziam irreconciliável opposição, situação que os filibusteiros franceses, amigos dêsse ameríncolas, exploravam com habilidade. Não longe da extrema meridional da capitania, talvez na foz do pequeno rio que Gabriel Soares chama RIO-PEQUENO e é geralmente identificado com o CEARÁ-MIRIM, os expedicionários desembarcaram com o intuito de estabelecer a colonização do lugar, ou, como é mais provável, uma simples estação para o resgate com os nativos. Por ê-tes mal recebidos, como era natural, logo violento conflito se acendeu, de que resultou a morte de alguns homens da expedição.

Antes de chegar ao Maranhão, a frota tentou outro desembarque, ainda na costa do primeiro lote de João de Barros, num ponto que se não pode identificar se não com grosseira aproximação, no litoral do Ceará. Devia ser bastante longe do Ceará-Mirim, fora da influência presumida dos potiguaras, porém não além da enseada de Curumicuara ou ANGRA-DOS-NEGROS, limite daquele lote.

Sòmente um trecho da costa cearense perto do extremo ocidental da capitania se mostra de boa aparência; perdido nas desoladas praias dessas paragens, poderis, entretanto, animar os navegantes a renovar a sua ansiada tentativa de exploração.

Tais considerações nos levam a localizar o lugar de eleição entre o Mucuripe e a Paracambuca, praia menos desolada, cujo âmbito era ao longe emoldurado alegremente pelas montanhas verdes que os antigos habitantes chamavam serra de *Daquea-*

mamune, as quatro serras que os nautas agora conhecem com os nomes de *Guaiuba*, *Maranguape*, visível a 45 milhas do mar, *Aratanha* e *Juá*.

Nada ali tendo conseguido, rumaram para o Maranhão definitivamente.

Resulta desta narrativa que, seguramente, a primeira tentativa para colonizar o Rio-Grande-do-Norte ocorreu em 1550 ou 1551, sob a inexperiente direção dos filhos de João de Barros, e que, quanto ao Ceará, provavelmente por aquele mesmo tempo e por aqueles mesmos portugueses, o ensaio de colonização empreendido ainda foi mais efêmero e destituído de importância.

Como era de prever, tão infaustos acontecimentos, tanto esforço e tanta fazenda em vão perdidos deviam impressionar desfavoravelmente ao donatário da costa do Mundaú e Acaraú, *Antônio Cardoso de Barros*. Descrente de bons resultados, desanimado com a aridez da terra e sem os recursos que não bastaram aos seus companheiros, resolveu renunciar a todos os direitos sobre a capitania que lhe fôra doada, a qual reverteu depois à coroa, conforme provisão de 21 de Junho de 1549. (30)

Antônio Cardoso de Barros fôra nomeado por três anos tanadar-mor da ilha de Baçaim, na Índia (30 de Janeiro de 1537), cargo que não desempenhou; designado depois para servir no Brasil como provedor-mor da fazenda, seguiu para a Baía, em fins de Março de 1549, em companhia do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, e do ouvidor geral Pero Borges. Este cargo lhe foi conferido com o ordenado de 200\$000 anuais e o direito de, em caso de falecimento, serem os seus serviços creditados a um dos filhos ou genros. (31)

Não valeram a *João de Barros*, a seus sócios e filhos as douradas esperanças da terra, as canseiras e sacrifícios que a todos arruinaram; tudo resultou praticamente perdido e a terra continuou abandonada ou exposta à cobiça de intrusos.

Antônio de Barros nada tentou para explorar a sua capitania, que, como as dos seus companheiros de dádivas reais, continuou desamparada. O litoral da Paraíba ao rio Amazonas ficara à mercê das incursões dos franceses, hábeis no trato com os nativos. Tendo conquistado a amizade e a confiança dos *potiguaras* e por ventura a dos *tremembés*, na costa norte do Ceará e Maranhão, e dos *tupinambás*, recém-chegados aos rios do Maranhão, durante anos por aí resgatavam e carregavam pau-brasil, que, se do nordeste, gozava de melhor reputação, superando em qualidade e preço a quantos se colhessem alhures.

* * *

Diogo de Campos refere-se a umas ruínas de pedra e

cal encontradas em 1614 na entrada do rio Camucim, onde terminava a capitania de *Antônio Cardoso* e começava a de *Fernão Álvares*, anotando: «como que em algum tempo houvesse sido povoada de gente da Europa» (in "Jornada do Maranhão"). Varnhagem lança daí a infundada suspeita de que *Cardoso de Barros* houvesse tentado colonizar a capitania. Parece que a questão se esclarece satisfatoriamente com a interessante referência que *João de Barros*, o filho, em requerimento ao rei, fez a respeito das incursões repetidas dos franceses às costas nordestinas: «. é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem, os quaes todos os annos vam a ella a carregar brasil . . . e fazem já casas de pedra em que entram em terra fazendo commercio cõ o gentio. E os annos passados estiverã nesta capitania dezasete naos de França a cargo e sam tantos os franceses que vem ao resgate que até as raizes do pau brasil levã por que tinge mais as raizes do pau que nace nesta capitania que do pau das outras capitancias e sempre val dobrado do outro brasil [32].» Refere-se João de Barros à sua capitania, especialmente ao quinhão nordestino, quase pela metade situado no Ceará.

É muito provável que as misteriosas ruínas de Camucim tivessem as suas origens numa daquelas construções de cal e pedra feitas pelos franceses. Devem traduzir a importância e as esperanças que os gauleses tinham no seu entrelopo ali.

No interior daquela mesma região, um pouco além da cidade de Granja, visitámos há anos umas curiosas ruínas de pedra, restos de uma casa com paredes muito grossas, porém caprichosamente confeccionadas e de boa altura. Estas ruínas, situadas no sopé de um serrote, são de origem absolutamente desconhecida e tão misteriosas quanto as de Camucim. A falta de recordação que as envolve indica tratar-se de construção anterior à colonização local, e bem podem elas estar relacionadas com as tais «casas de pedra em que entram em terra» os franceses.

* * *

As praias do Ceará, saarianamente áridas e cobertas de areias movediças à feição dos ventos, por vezes impetuosos, e geralmente persistentes, pareciam inóspitas e não eram de molde a dar esperanças de frutos capazes de compensar o risco de tratar com os índios, tidos como antropófagos e traiçoeiros.

Nesse extenso litoral, raro se deparava um córrego de agua doce, uma boa aguada, ou mesmo um trecho de margens em que arvoredos e palmeiras alegrassem a monótona paisagem, desagradável e hostil. Por isso, naturalmente, os navegantes que,

deliberadamente ou forçados, compelidos pelos ventos ou pelas correntes marinhas, as perlustravam, de seus navios só poucas vezes se aventuravam a desembarcar e, quando o faziam, eram temerosos dos *tapuias* e *potiguaras*, justamente reacionários. Estes receios e cuidados preocupavam especialmente os nautas portugueses, menos práticos do que os franceses nas suas relações com os selvagens.

Todavia, cedo a fama da excelência do pau-brasil do litoral nordestino e do âmbar das costas cearenses teve grande divulgação e, como eram estas substâncias preciosas mercadorias de escambo, a sua procura tornou-se de mais a mais insistente. Tal circunstância e a premente necessidade de recolher água fresca para o prosseguimento da derrota levaram os navegantes, que por aqui passavam, à terra, animando-os a um cauteloso trato com os índios. Procuravam, então, os trechos menos agrestes, proviam as embarcações de água doce ou salobra e lenha, espai-reciam, faziam algum escambo com os nativos e não custou que se aventurassem a pescarias, com que proviam a despensa de bordo.

Nos mapas quinhentistas mais antigos já a toponímia e as inscrições descritivas atestam estas cousas, ao mesmo tempo que assinalam os lugares de eleição para semelhantes atividades. O mapa de Juan de La Cosa, confeccionado no trecho em análise segundo os informes das expedições de Pinzón e de Lepe (1500), regista a costa de *arboledos* entre os estuários dos rios Mundaú e Aracati-Açú, mais ou menos onde Reinel, em 1516, localiza a *terra da pescarya*, que também se encontra anotada no mapa de Descaliers, *terre de pescherie* (1550) e em vários outros. Nessa mesma costa, mapas como o de Turim (1523) indicam um *golfo do Palmar*, ou um *cabo do Palmar*, como o de Diogo Homem (1558), e o de Juan Rotz (1542), *Capt. de Pallmos*, etc., justamente onde, um século depois, os regimentos de pilotos portugueses dizem haver na praia palmeiras com certa abundância (33). Os pontos indicados com a referência "aguada" ocorrem comumente nestas velhas cartas.

Seria possível multiplicadamente apontar, nos mapas do XVI século, os lugares da costa nordestina e em particular da cearense onde se realizaram os primeiros contactos dos homens brancos com os americanos destas paragens. (34)

Tinham, sem dúvida, as costas brasileiras, do cabo de SÃO-ROQUE ao gólfão do MARANHÃO, caráter francamente centrífugo. Não seduziam com animadora paisagem os navegantes que as percorriam e nem mesmo os convidavam ao descanso tão querido pelos embarcadiços de longas derrotas.

Como vimos, a idéia de alcançar as auríferas riquezas dos Andes não demorou por estas costas, emigrou para o gôlfo do Maranhão e depois para o rio Amazonas. Compreende-se assim a razão por que ficaram por mais de um século, depois de descobertas, abandonadas e desinteressadas, pouso eventual dos que por elas transitavam de sul a norte. Mas interpunham-se no caminho forçado do BRASIL, que já se colonizava e começava a dar frutos opimos, para o feraz e esperançoso MARANHÃO, o gôlfão famoso e o rio desmedido por cujo leito se acertara ser possível chegar ao Perú (Orellana, 1541), que estava sendo cruel e febrilmente saqueado pelos castelhanos. (35)

Durante muito tempo depois do descobrimento, as viagens do reino para terras do Brasil obedeciam com algum rigor aos roteiros prudentemente preestabelecidos mais ou menos oficialmente. (36)

As frotas que singravam de Lisboa para o Brasil, nas monções próprias, mesmo quando destinadas ao norte, ordinariamente convergiam para o núcleo mais civilizado e mais próximo do respectivo destino, que era no caso Pernambuco.

O motivo do extenso rodeio não dependia muito da vontade dos nautas, porém mais da geografia e de certas circunstâncias. Devia ser estimada a conveniência de surgir em lugar já em via de colonização, pacífico, seguro e capaz de proporcionar os auxílios reclamados naturalmente após as longas e demoradas travessias do oceano. E não se podia desprezar também o receio bem fundado de, em tais condições, abordar paragens desconhecidas, habitadas por canibais, ou topar com piratas ou intrusos bem armados. Tudo isto contribuía para que os nautas não se afastassem muito das trilhas indicadas nos roteiros do alto mar. Assim, antes de abicar nas costas nordestinas e mesmo nas do norte do Brasil, as frotas destinadas a estas regiões e os navios isolados que vinham ao escambo com os nativos, por tais paragens, deviam aportar previamente em Pernambuco e costear para o norte. Foi o que ocorreu com as duas expedições de João de Barros, a de Luiz de Melo, a de Diogo Leite, etc.

Para frágeis embarcações, que então cruzavam a linha do Equador muito a leste, o caminho de Pernambuco oferecia vantagens, por se beneficiarem com as correntes marinhas e a força dos ventos *alísios*. Duas correntes marinhas equatoriais e *alísios* convergem mais ou menos para o grande saliente sul-americano (37). Ora, sem nenhuma dúvida, aquelas correntes impeliam eficientemente os barcos para oeste e êstes os arrastavam para o sudoeste, ao norte do Equador, ou para o nordeste, ao sul daquela linha. A resultante de tais ações, oriundas da circulação geral dos elementos fluidos ao nível dos mares intertropi-

cais no Atlântico, dirigia-se com variações de certa amplitude no curso do ano para o cotovêlo do Continente. Destas circunstâncias derivava aquela dificuldade das comunicações marítimas de que tanto se queixavam os navegantes que por estas partes tinham de andar. Não era custoso de Pernambuco ir ao norte; mas voltar «até êsse tempo [1585] tinha-se por impossível os navios que cá do sul fôsem à Paraíba» (S. Travassos), pois que, ao tornarem, se desnorream e iam arribar às Índias. (38)

Segundo Vaudeclaye, os portugueses iam de Pernambuco para as costas mais ao norte embarcados, pescar âmbar, mas voltavam a pé; e Capistrano, bem informado, observa que «antes de Alexandre de Moura [1615] nem um dos emissários mandados ao Maranhão conseguiu volver por mar ao pôrto de partida» (39). Isto, por que, como escreve o Pe. Vieira «uma das mais difficultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano he a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda costa está cortada, mas muito mais pela pertinacia dos ventos e perpetua correnteza das aguas». (40)

Em resumo: as costas nordestinas e em particular as cearenses e partes das dos vizinhos estados, com o seu acentuado centrifugismo, durante mais de cem anos depois do descobrimento não se prestaram a outra cousa de maior valia que a eventual descanso, a precárias aguadas, a algumas pescarias e magros escambos com os nativos, de que se logravam tímidamente os navegantes que por elas passavam. No decurso de tanto tempo, por parte de um dos donatários do território, apenas se esboçou no Ceará frustrada tentativa de mal projetada colonização. Mesmo os flibusteiros estrangeiros, com raras exceções, não as procuravam deliberadamente, se não premidos mais pela necessidade de refúgio ou repouso que de negócios, malgrado a excelência do pau-brasil e da violeta que criavam essas terras.

Nelas, por desertas de gente pacífica e operosa, os corsários, em geral, não achavam sufficiente interêsse.

Sômente extrínseco empenho, suprema diligência de caráter político, despertou mais tarde a idéia do seu povoamento e exploração. (41)

Notas do Capítulo Segundo

- 1) — A documentação referente à matéria dêste capítulo continua muito escassa; a que tem sido possível desenterrar dos arquivos peninsulares, especialmente lusita-

nos, é relativamente de pouca valia, e bem pouco se há conseguido dos da Itália, França, Inglaterra e Alemanha. Daí, certamente, a ausência que os historiadores fazem do assunto e a deserção de quantos, embora não consagrados historiadores, estudaram a história dêste recanto do Brasil.

Tudo o que se tem colhido para compor o capítulo está disperso e não raro entranhado no corpo de maçudos relatórios, que versam estranhos propósitos; e fragmentos dêles, quando aproveitáveis, disqueteiam com excessiva sobriedade. Assim se previne o leitor das indefectíveis lacunas e de algumas mal seguras anotações, hipóteses do autor e de outros, mais ou menos sólidas, mas que, por se não terem definitivamente apoiado em fatos incontestados, trazem um dubitativo apropriado.

- 2) — Sabe-se exatamente que a partida da expedição ocorreu entre o dia 10 e 14 de Maio de 1501. Vespúcio dá o dia 10 na sua *Lettera* e 14 no *Mundus Novus*; preferimos, com Duarte Leite, a última data.

A chegada ao Brasil, segundo o *Mundus Novus*; foi em 7 de Agosto, mas o nauta florentino indica ainda noutro documento o dia 17, que Vignaud adota e nos parece preferível, pois, se fôra aquele, na melhor hipótese, a viagem teria durado 89 dias; deduzindo os 14 dias de demoras em portos africanos e os 67 da derrota de Bezeguiche ao Novo Mundo, isto é, 81 dias, restariam para a viagem de Lisboa a êsse pôrto apenas 8 dias! Varnhagem, entretanto, prefere o dia 16 para ajustá-lo ao em que a Igreja festeja São Roque; todavia, é certo que o cabo dêste nome só mais tarde recebeu tal denominação. No mapa de Cantino, que foi confeccionado em 1502, a inflexão continental que hoje se chama cabo de S.-Roque traz o nome de *São-Jorge*, seguramente aplicado por João da Nova, em 29 de Abril de 1501; no mapa de Kunstmann II (1503) e III (da mesma data), ambos de origem portuguesa, no de Canério, que já é de 1505, e ainda no de Waldseemuller, de 1907, não aparece o topônimo; no seu lugar ou proximidades, os cartógrafos inscreviam o nome de *S.-Maria-de-Arrábida* (Sta. M. Rabida).

Naquele tempo, havia apenas a ANGRA-DE-S.-ROQUE, situada bem ao norte do cabo que depois

recebeu esta denominação e conserva até hoje. A ANGRA-DE-SÃO-ROQUE, conforme o célebre cartógrafo e cosmógrafo Duarte Pacheco, estava na latitude sul de 3° 30' (*in Esmeraldo de Situ Orbi*); por tanto, na costa do Ceará. Qualquer que fôsse a aproximação dos cálculos de Pacheco, tendo em consideração o estado da ciência náutica da época, esta angra não poderia cair fora da costa cearense atual, que varia de 2° 49' 06" de lat. sul (promontório de Jeriquaquara) a 4° 50' 05" também sul (morro do Tibau).

Conseqüentemente, foi no litoral do Ceará que aportou a expedição de *André Gonçalves*, em 1501, e não, como se vinha geralmente supondo, no Rio-Grande-do-Norte.

Informa Américo Vespúcio que a frota partiu de Bezeguiche, o atual Dacar, na África, com o rumo de S-W e navegou 67 dias perto da linha equatorial, e do ponto onde abicou, na ANGRA-DE-SÃO-ROQUE, seguiu para o sul, ao longo da costa, com o rumo de E-SE por 150 leguas, após as quais a terra se voltou para S-W.

Ora, com aquele rumo, tendo em vista o movimento translativo devido às correntes marinhas equatoriais, a frota somente poderia surgir em algum ponto da costa cearense, se não ao norte dela. Por outro lado, cumpre lembrar que o piloto diz ter navegado perto da linha do Equador. Com o rumo de E-SE, está muito claro que poderia acompanhar o litoral do Ceará, e um pouco o do Rio-Grande-do-Norte, salvo ao sul do cabo de São-Roque, absolutamente incompatível com a mencionada direção. Foi sem dúvida o capitão desta expedição que batizou o cabo de Santo-Agostinho, provavelmente alcançado no dia 28 de Agosto, o qual, entretanto, não fica a 150 leguas do cabo de São-Roque, porém apenas a cerca de 55. Isto induz a transportar o ponto onde surgiu a frota para um lugar perto desta capital, digamos a enseada do Iguape.

Verifica-se que o cômputo dado por Vespúcio pode não estar certo, pois que os textos variam. O de Baccio-Valori, reproduzido por Bandini, dá apenas 50 leguas e o *Mundus Novus* 300 (*apud* Vignaud). Porém, levando em conta que surgir em qualquer ponto dentro do canal de São-Roque seria empresa quase

impossível naquela época, não se pode adotar a distância dada no texto de Valori e, como o do *Mundus Novus* é incrivelmente absurdo, há que procurar um surgidouro ao norte da ponta do Calcanhar. Apreciando o rumo que seguiu a frota em relação com a direção das costas e muito particularmente a latitude dada por Duarte Pacheco, cosmógrafo muito mais competente e sério que Américo Vespúcio, somos compelidos a uma identificação da ANGRA-DE-SÃO-ROQUE com a enseada do Mucuripe ou do Iguape, que também se aproximaria das 150 leguas da derrota dali ao cabo de Santo-Agostinho, dadas pelo próprio Vespúcio. Mas ainda uma dificuldade surge, pois entre 17 e 28 de Agosto, datas da chegada à Angra-de-São-Roque e ao cabo de Santo-Agostinho, medeariam somente 11 dias. Considerando o sentido das correntes marinhas ao sul da inflexão continental, esse espaço de tempo não é de todo absurdo. Mas é possível conciliar melhor os acontecimentos e circunstâncias com a hipótese que levaria a identificar aquela angra com a enseada do Retiro-Grande, abrigada dos ventos dominantes pela Ponta-Grossa. Estando este lugar aproximadamente a 4° 36' de lat. sul, fica dentro da tolerância ou aproximação que se pode admitir para as coordenadas do ESMERALDO, isto é, um erro de cerca de um grau. Vespúcio dá para a latitude do lugar onde chegou 5°; também se conforma com uma boa aproximação, pois a diferença seria inferior a meio grau. O mapa de Canério, muito semelhante ao de Cantino, parece reforçar a hipótese da baía do Retiro.

Muito se há discutido a respeito do lugar onde aportou a pequena frota. A opinião mais geral, que é também a mais simplista, leva ao cabo de *São-Roque*; Cândido Mendes julga que foi nos *Marcos*, esquecido de que os tais marcos que assinalam o lugar e lhe deram nome foram ali plantados para indicar os limites de duas capitanias e não eram padrões de descobrimentos, como pondera Capistrano de Abreu. Maximiano Machado e Irineu Ferreira Pinto inclinam-se para a baía da Traição, antigamente *Acejutibiró*, por que o nome *traição* concorda com o episódio referido por Vespúcio, do qual resultou o espetacular sacrifício de três portugueses, que foram à terra para tratar de perto com os índios. Mas isto é pura lenda. Esta história de Vespúcio, como várias outras da sua

fértil fantasia, é absolutamente inverosímil. Os nativos que a frota encontrou na praia só podiam ser tupís POTIGUARAS ou tapuias TARAIRIÚS. Estes não eram autropófagos e aqueles, antes das perseguições, assaltos e traições de que foram vítimas, tinham os mesmos hábitos e costumes dos índios que Cabral encontrou em Pôrto-Seguro e Vaz Caminha descreveu com tanta exatidão e elegância. Eram pacíficos, cordiais e naturalmente curiosos. De mais, o relato do florentino não confere com o ritual usado religiosamente pelos tupís nos seus sacrifícios humanos.

Ao voltar à Europa, os navegantes em geral levavam histórias fantásticas de canibalismo, de animais monstruosos, de guerreiros formidáveis, etc., com que inflamavam a curiosidade ingênua dos que não viajavam e exalçavam a admiração que as suas pessoas inspiravam. Este deshonesto expediente, comum entre os nautas menos escrupulosos e de méritos mesquinhos, valiam como material precioso para obras de ficção muito estimadas naquela época.

O capitão que conduziu a armada exploradora à ANGRA-DE-SÃO-ROQUE foi realmente *André Gonçalves*, e não D. Nuno Manuel, como pensavam Varnhagem e D'Avesac. Lê-se nas "Lendas da Índia", depois das referências à chegada deste capitão com a notícia do descobrimento do Brasil: « e logo armou navios em que tornou a mandar André Gonçalves a descobrir esta terra ».

A expedição regressou a Lisboa em 22 de Julho de 1502, com os navios carregados de brasil e canafístula (carta de 10 de Setembro, de Giovanni Francesco Affaitadi a Pietro Pasqualigo).

Capistrano de Abreu mostra com suficiente clareza que a fundamentada opinião de Cândido Mendes, em favor de André Gonçalves contra Gaspar de Lemos, deve ser preferida. (Ver Capistrano de Abreu no seu 1.º artigo "A Armada de André Gonçalves", 1501-1502, in "Gazeta de Notícias".)

Gabriel Soares, no *Tratado Descritivo do Brasil*, informa que esta primeira expedição exploradora enviada ao Brasil fôra comandada por *Gonçalo Coelho*, que voltara apenas com uma das caravelas. Santarém repete esta versão, que se sabe não corresponder à verdade. O fato, porém, merece consideração: a confusão sem dúvida provém de que *Coelho* teria

acompanhado *André Gonçalves*, com a sua caravela, constituindo ou não parte específica da armada sob o comando dêste. Não é fora de propósito supor que *Gonçalo Coelho* trazia a missão dupla de negociar com os nativos e de reconhecer clandestinamente as costas do Brasil ao norte da Angra-de-S.-Roque.

A respeito da latitude dada por Duarte Pacheco à ANGRA-DE-SÃO-ROQUE, veja-se no ESMERALDO a relação dos «graaos de ladeza que se estes lugares da terra do Brazil daleem do mar Ociano haptam da linha equinocial em ladeza contra ho pollo antartico». A lista consta de 19 lugares, começa na Angra-de-S.-Roque, em 3° 30', e vai ao longo da costa para o sul até a ilha de S.-Amaro, em 28° 30'.

Ao norte, evidentemente, a Angra-de-S.-Roque não devia marcar o limite aceito para a *Terra-de-Santa-Cruz*; Pacheco, em 1505, pensava que o meridiano papal de demarcação passava aproximadamente pela barra do rio Turí-Açú, na latitude sul de 1° 20'. A Angra-de-S.-Roque era, porém, ao que nos parece, o ponto conhecido mais setentrional que se podia livremente alcançar com caráter abertamente oficial. Dalí por diante, os portugueses andavam, mas sem a responsabilidade do rei, visto como não se sabia definitivamente onde passava a demarcação tordesiliana. A precaução oficial tinha por fim evitar conflitos de jurisdição com a Espanha. A costa entre a referida angra e a foz do rio Amazonas era então uma espécie de *terra de ninguém*.

- 3) — Uma hipótese plausível, que se pode aceitar enquanto não surjam contradições sérias, é a de que *Gonçalo Coelho*, no comando de uma das caravelas da armada de *André Gonçalves*, depois de surgir na Angra-de-S.-Roque, partiu para o norte, costeando, enquanto o capitão seguiu para o sul. Em qualquer ponto da costa nordeste ou norte, além daquela angra, devia passar o meridiano demarcatório segundo o pensamento da época. Este ponto não era conhecido com precisão, oscilava, conforme as opiniões mais autorizadas, de S.-Roque ou da foz do rio Parnaíba à foz do rio Amazonas. Existia, conseqüentemente, naquela região costeira, como já observámos noutra nota, um enorme trecho cuja jurisdição política não estava determinada, podia pertencer à Espanha ou a Portugal; e até que

o limite fôsse rigorosamente definido, pareceu melhor evitar abertamente a sua exploração. Sabe-se que, entretanto, viagens clandestinas, especialmente portuguesas, por lá se realizaram, e entre estas cumpre colocar a de *Gonçalo Coelho*. É de crer que esta não fôsse a primeira da longa lista, mas apenas uma das primeiras, cujo segrêdo não pudera manter-se rigorosamente inviolável. A carta de Estêvão Fróis, realmente, refere-se a um *João Coelho*, o da porta da cruz de Lisboa, por tanto pessoa conhecida na capital lusa, que «viera ter por onde nos outros vynhamos a descobrir» 20 anos antes. O êrro de Fróis, referindo-se a *João Coelho*, é evidentemente relativo ao tempo; no mais, oferece bons fundamentos. Sugere Capistrano que êsse *João Coelho* talvez fôsse o mesmo *Gonçalo Coelho*. Poderia ser também outro que, talvez antes de *Gonçalo*, estivera explorando secretamente as costas nordestinas; isto, não obstante a observação de que, enquanto *João Coelho* é nome que não deixou rastro, *Gonçalo Coelho*, ao contrário, notabilizou-se com vários feitos memoráveis. Entretanto, ainda em benefício desta última hipótese, há a considerar o antiqüíssimo topônimo maranhense «rio de João de Lisboa». Ora, êsse João bem poderia ser aquele, o da porta da cruz de Lisboa.

Vê-se que perdura a dúvida, não a respeito da expedição pelas costas ao norte do cabo de São-Roque, que está suficientemente estabelecida, como veremos noutra nota, mas quanto ao capitão que a conduziu.

Por enquanto, parece razoável admitir que, até 1502, pelo menos duas expedições portuguesas, cautelosamente, já haviam percorrido as nossas costas, fazendo *descobrimientos*, resgatando com os indígenas ou simplesmente de passagem para regiões mais setentrionais.

- 4) — *Gonçalo Coelho*, em 1503, já estava de volta a Portugal e preparava-se para retornar ao Brasil, agora investido de mais importantes obrigações. Assim se expressa Damião de Góis, referindo-se à expedição de 1503, ordenada por D. Manuel: «Gonsalo Coelho com seis naus à terra de Santa Cruz, com que partiu do porto de Lisboa aos dez dias do mez de junho»

As costas da Terra-de-Santa-Cruz, tanto ao sul (André Gonçalves) como ao norte (*Gonçalo Coelho*),

já tinham sido reconhecidas sumariamente. Os respectivos expedicionários não voltaram com impressões lisonjeiras da capacidade das terras recém-descobertas quanto à sua capacidade econômica; o que havia de maior interesse não passava do pau-brasil, cuja abundância, entretanto, poderia comportar lucrativa exploração.

Como os recursos financeiros da metrópole eram escassos e a Índia absorvia as melhores atenções e as maiores energias, o que ocorreu de mais prático, para não abandonar de todo os novos domínios no Novo Mundo, foi o arrendamento, conforme se depreende da carta que P. Rondinelli escreveu de Sevilha para Florença, em 3 de Outubro de 1502: « él re di Portoghallo arendó le terre che lui dischoperse (Vespúcio) a certi christiani nuovi e sono obrighati a mandare ogni anno 6 navili e dischopriri ogni anno 300 leghe avanti, e fare una fortezza nel dischoperto e mantenella detti 3 anni él primo anno non paghano nulla, él secondo él 1/6, él terzo el 1/4, e fanno chonto de portare versino asai e schiavi e forse vi troveranno chose d'altro profito.» (*In Reccolta Colombiana*)

O cristão novo a que se refere o italiano era Fernão de Loronha.

Esta expedição de 1503, que partiu com 6 naus e só voltou com 2, por terem os nautas pouca notícia da terra, levou a Portugal cousas de pouca valia. Segundo o cronista Góis, «mercadorias da terra, que então não eram outras que pau vermelho a que chamavam brasil, bugios e papagaios». Nela ia Américo Vespúcio, ao que se supõe, comandando uma nau, e, como era de caráter misto, devia negociar e reconhecer terras novas, por isso que foi a primeira consequência do arrendamento de que nos fala Rondinelli. Como não atingiu as nossas costas (Ceará) e nem delas se aproximou, visto ter ido surgir na «Baía-de-Todos-os-Santos», não interessa ao nosso relato.

- 5) — A prova de que, antes do meado de 1502, uma ou duas expedições portuguesas perlongaram as costas norte do Brasil, acima da inflexão continental, pode deduzir-se do famoso mapa de Cantino, concluído em Lisboa, em Outubro desse ano. O artista que desenhou o conhecido planisfério, em contacto com os marinheiros que chegavam ao pôrto da capital lusitana, colheu

diretamente os informes que lhe permitiram compor a obra e traçar com admirável aproximação para a época o contôrno das costas brasileiras, do cabo de Santo-Agostinho, nas proximidades do ponto onde se lê «San miguel», para o norte, até o gólfão do Maranhão. Menos correto é o traçado costeiro além do Maranhão, litoral do Pará e mais adiante daquele cabo pernambucano, para o sul, costa baiana. Do cabo de S.-Jorge (agora S.-Roque) para o sul, não era necessário encobrir as viagens portuguesas de então; daí para o norte, porém, entrava-se numa zona de duvidosa jurisdição política. Para evitar complicações diplomáticas aborrecidas e sobretudo inconvenientes com a Espanha, era mister não revelar as incursões por tais paragens.

O planisfério de Cantino traduz estas circunstâncias: ao sul da inflexão continental (cabo de São-Jorge), apresenta inscrições; ao norte, não, a linha da costa se mostra nua, sem nomenclatura.

Mas, como êste trecho costeiro não se pode comparar com o análogo do planisfério de Juan de la Cosa, acabado em Outubro de 1500, dois anos antes, manda a lógica que se admita a existência de uma ou mais viagens portuguesas pelas costas nordestinas, cujos marinheiros, chegados a Lisboa, forneceram as indicações ou *croquis*, cuidadosamente apanhados, ao cartógrafo que desenhou o mapa italiano. Ora, certamente, a viagem que mais se pode acomodar a esta situação, a mais abundantemente amparada por valiosos indícios, a que seria capaz de fornecer elementos geográficos de valia considerável, sòmente podia ser a de *Gonçalo Coelho*, feita com o bafejo oficial ou pelo menos com o conhecimento das autoridades. Uma viagem torna-se, pois, necessária para explicar o mapa de Cantino, e esta devia muito provàvelmente ser a de *Coelho*.

Sabe-se que êste documento cartográfico ficou pronto em Outubro de 1502; antes, em Julho, tornara a Lisboa Vespúcio, companheiro de *André Gonçalves*. Lógico é supor que *Gonçalo Coelho*, que acompanhara aquele capitão até a Angra-de-São-Roque, seguira para o norte, a fim de fazer a mesma cousa que ia *Gonçalves* fazer ao sul. Enquanto êste partia para reconhecer as costas sulinas, *Coelho* seguia rumo contrário para reconhecer as costas nortistas, que as

autoridades lusitanas tinham a certeza de pertencer a Portugal. Está claro que o explorador das costas ao norte, fazendo derrota mais curta, teria retornado a Lisboa antes de Vespúcio, que acompanhara o grosso da expedição para o sul, isto é, antes de Julho. Por tanto, isto teria permitido ao cartógrafo aproveitar as informações de *Coelho* ou dos seus marinheiros para a composição do seu magnífico trabalho. Esperou ainda, sem dúvida, pela outra porção da frota, para organizar o contôrno ao sul da Angra-de-S.-Roque, por ela percorrido. Assim podia êle completar, acrescer ou melhorar as indicações que já dessas regiões possuía, mercê da viagem do emissário de Cabral, em 1500. Além de tudo isto, cumpre ainda lembrar, como confirmação, a referência já mencionada do autor do "Roteiro Geral", bem informado e copioso cronista do mesmo século XVI; também a do rigoroso historiador luso, o Visconde de Santarém, não deve ser esquecida.

Afora a viagem que vimos de considerar, no espaço de tempo aqui definido, a mais provável teria sido a de *João Coelho*, na hipótese de que êste não seja o mesmo *Gonçalo*. Essa identificação é bastante graciosa; parece mais razoável supor que se trata de pessoas diferentes e de viagens distintas. A carta de Fróis é de 1514 e dá a expedição de João Coelho como realizada 20 anos antes. O êrro, que é patente, serve todavia «para nos mostrar quanto foi antiga» (Capistrano). *Gonçalo Coelho*, diz Gabriel Soares (1587), depois de Cabral, veio com três caravelas fazer descobrimentos pelas costas da TERRA-DE-SANTA-CRUZ e, depois de grandes trabalhos, recolheu-se com perda de duas. O cronista também está errado; o capitão da expedição a que se refere, segundo Damião de Góis, muito melhor informado e autorizado, era *André Gonçalves*, e não *Gonçalo Coelho*. De certo, o nome *Gonçalo*, a contemporaneidade dos fatos e o regresso a Lisboa com um só navio, constituindo uma série de coincidências, provocou o engano.

É possível que Cantino tenha também colhido informes das costas nordestinas através dos marinheiros de João Coelho; não repugna crê-lo, dada a perfeição do mapa, que comportaria uma grande soma de detalhados conhecimentos, talvez muitos para um só informante. O cartógrafo poderia ter colecionado dados de André Gonçalves (duas derrotas) e Vespúcio, rela-

tivos às costas ao sul da Angra-de-S.-Roque, e de João e Gonçalo Coelho, relativos às costas ao norte daquela angra.

- 6) — É curioso observar que o *João Coelho* de Fróis, para ser bem definido e o rei não confundir com outro do mesmo apelido, traz a designação expressiva: «o da porta da cruz DE LISBOA». João Coelho seria o mesmo João de Lisboa? Este não deve ser o notável cosmógrafo que se tornou célebre por seus estudos na Índia, pois não consta que tivesse andado pelo Maranhão.
- 7) — Nenhum fato conhecido se opõe, como já foi sugerido, à identificação desta expedição mercantil de HARO com a que deu lugar à aventura dos 11 portugueses, referida por Herrera (“Décadas” I e II); não pode, porém, ser aproximada com a que menciona Estêvão Fróis, a que o conduziu às Antilhas. Relativamente àquelas duas, há uma impressionante coincidência de datas.

A *Newen Zeytung Auss Pressillg Landt* (Nova Gazeta Alemã), tão famosa e tão discutida, informa-nos que, em 12 de Outubro de 1514, chegava à ilha da Madeira, regressando do litoral meridional sul-americano, um navio, dos que, com licença do rei de Portugal, D. Nuno Manuel, Cristóvão Haro e outros armaram, para descobrir a terra do Brasil. (Ver doc. citado, tradução de Clemente Bransdenburger.)

Como observa Esteves Ribeiro (“Hist. da Col. Port. no Brasil”), os navios eram apenas dois e somente poderiam ter saído de Lisboa no comêço da monção de Fevereiro ou Março de 1514. Esta data pode concordar com a que se deduz do requerimento de Haro que é de 1519, onde se lê: «. puede haber seis años, poco más ó menos que estando en Lisboa, armó [o requerente] una carabela de mercaderias»; por tanto, em 1514 ou 1513. Entretanto, aquí a referência é apenas a *um navio*. Ora, Cristóvão Haro, natural de Antuérpia, esteve em Portugal vários anos a serviço do rei D. Manuel; com associados portugueses, armou navios para mercadejar em África e no Brasil. Torna-se, pois, possível aventurar ainda a hipótese de que, além daquela expedição de 1514, em sociedade com D. Nuno Manuel e de que

nos dá notícia a Gazeta Alemã, haja preparado outra, que safu de Lisboa no ano anterior, 1513.

Esta se ajustaria melhor ao interessante relato epistolar de Estêvão Fróis, que, como já vimos, é de Julho de 1514 e no qual declara que havia um ano estava em S.-Domingos, isto é, desde Julho de 1513. A caravela teria estado no mar, conseqüentemente, 3 ou 4 meses.

Com Varnhagem e Capistrano, podemos supor que a troca de 11 portugueses pelos 7 castelhanos aprisionados na baía dos Inocentes deva ser relacionada com o caso referido por Fróis; não, porém, na parte relativa à viagem narrada no documento. Os prisioneiros permutados teriam chegado às Antilhas num dos navios da segunda expedição (Haro e D. Nuno), que, voluntariamente ou não, seguiu para o norte do Brasil em 1514, passando então às Índias. Diz-nos Medina que os prisioneiros a que evidentemente se refere Fróis foram mandados para a Europa em virtude de ordens que datam de 1515 e ainda estavam presos em Sevilha, dois anos depois, em 1517.

- 8) — O nome de CABO CORSO aplicado à *Ponta-Grossa*, explica Orville Derby, aparece pela primeira vez no mapa de *Maiollo*, em 1519, e subsiste até o de *Brué*, em 1834. O geólogo americano não conheceu o mapa mais antigo de *Reinel*, que é de 1516, e no qual aquele topônimo já figura. É possível que êstes irmãos, nautas no começo do XVI século, se aparentassem com outro *Corso*, também nauta daquele tempo, porém de mais importância. Em 1515, aparece um *Silvestre Corço*, como capitão de navio da Índia, referido por Afonso de Albuquerque, em carta ao rei (22—Setembro). In "Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acêrca das navegações portuguesas", Lisboa, 1892.

É muito interessante notar que Fróis afirma não haver alcançado a linha equatorial, limite entre as terras de Portugal e Castela, no seu entender, ficando dela distante, para o sul, 150 leguas, naturalmente contadas ao longo da costa ou pelo esteiro da corrente marinha que acompanha o litoral. Ora, foi dêsse ponto da costa nordestina do Brasil que se desgarrou o navio em que viajou o missivista. Julga Derby que tal lugar era o gólfão do Maranhão, mas êste só dis-

ta do Equador 100 leguas. Este círculo máximo da Esfera Terrestre, nos velhos mapas passava às vezes mais ao sul em relação às terras brasileiras e o limite setentrional da Terra-de-Santa-Cruz, para uns ia à foz do rio Pará, para outros à do Gurupí e ainda para outros à foz do rio Turiaçú. O Maranhão está a 85, 50 e 30 leguas respectivamente de tais pontos; por tanto, tendo em vista a carta de Fróis, aquele rio até onde chegou a caravela de Haro, não podia ser o que aponta Derby. O lugar que importa fixar tem de ser recuado. Se Fróis contou as 150 leguas da exata posição da linha do Equador (o que não é provável, dada a imperfeição de técnica náutica daqueles tempos), o rio de onde desgarrou seria uma das baías ou das bôcas do Parnaíba (Tutóia, por exemplo). Se, porém, a medida foi referida à barra do Pará, como é muito plausível, o ponto onde encontrou Pero Galego teria de ser o estuário do rio CAMUCIM, ou a enseada de Jeriquaquara, no Ceará; mas, se foi referida à barra do Gurupí, devia ser a enseada do Mucuripe ou do Iguape. Muito pouco provável seria a referência da foz do Turiaçú e, neste caso, o navio teria perdido o seu govêrno ao deixar a enseada do *Retiro-Grande*.

- 9) — *Pero Galego* não raramente é tido como espanhol; julgamo-lo entretanto português, provavelmente parente de um outro do mesmo nome, moço fidalgo de Viana, que em 1547 se celebrizara por atos de valentia e grande ousadia a bordo de uma caravela, com alguns, como êle, destemidos companheiros. (Pinheiro Chagas, *in* "História de Portugal".)

Antes, já um outro *Galego*, Vasco Galego, português a serviço de Espanha, participara da expedição de Fernão de Magalhães. Ver carta de Sebastião Álvares a D. Manuel, de 18 de Julho de 1519, *in* "Alguns documentos de Tôrre do Tombo", publicados por ocasião do quadricentenário do descobrimento da América, 1892, em Lisboa.

- 10) — Carta de Estêvão Fróis *in* "História da Colonização Portuguesa no Brasil", tradução do português arcaico para o moderno por Antônio Baião; e em Capistrano de Abreu, que a publicou em primeira mão, fiel à ortografia do original, de que possui o Instituto Histó-

rico e Geográfico do Rio-de-Janeiro cópia autêntica.

- 11) — Ver carta de Estêvão Fróis.
- 12) — “A Costa Setentrional do Brasil na Cartografia dos primeiros lustros do Século XVI” in “Revista do Inst. Hist. e Geog. de São-Paulo”, v. XV.
- 13) — Pe. Antônio Vieira, in “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba”, cap. V.
- 14) — Convém ler na íntegra a petição de João de Barros (filho do cronista), publicada por Antônio Baião in “Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa”, v. XI.

É muito verosímil que a referência ali feita à casas de pedra que já naquele tempo os franceses construíam na capitania de João de Barros esclareça o mistério que até aqui envolve as ruínas de pedra (alvenaria de pedra), achadas à entrada do pôrto de Camucim, o antigo rio da Cruz, mencionadas por Diogo de Campos Moreno, na sua “Jornada do Maranhão”, em 1614; e outras, da mesma espécie, no interior do Estado, que os habitantes atuais ou sertanejos atribuem aos *flamengos*.

- 15) — Lê-se no “Diário da Navegação” de Pero Lopes de Sousa, 1530-1532, edição de 1940, pg. 138: «.... e o capitão I [irmão] foi ao Rio de Pernambuco; e mandou levar todos os doentes a hua casa de feitoria, que aí estava. Daquí mandou o capitão I [Martim Afonso] as duas caravelas, para que fossem descobrir o RIO MARANHÃO;..... O rio de Pernambuco é o rio *Igaracú*, em cuja margem Cristóvão Jaques havia anteriormente fundado uma feitoria.

O ponto final da expedição de Diogo Leite é dos mais duvidosos. Nos mapas antigos recebeu o nome de ABRA de DIOGO LEITE, e esta reintrância da costa norte foi diversamente localizada. Segundo D’Avesac, seria a barra do rio *Turiraçú*; para Varnhagem a foz do rio *Gurupí*, e para outros, uma baía ao norte da embocadura do rio Amazonas (Viegas).

- 16) — Orville Derby, in “A Costa Nordeste do Brasil na Cartografia Antiga”, ob. cit.
- 17) — O nome *Rio da ternidad* já aparece no mapa de

Turim (1523), e no de Diogo Ribeiro (1529), *R. de la trinidad*, e parece aplicar-se a um curso d'agua que desemboca a leste da baía de S.-José, ou talvez nessa mesma baía. No tempo em que a gente de João de Barros lá chegou, a ilha chamava-se das *Vacas*; depois, a chegada dos franceses, pelos índios, do grupo *tupí, iavirés* ou *iauirés*. Abbeville escreve *Ieuirée* e Évreux *Yuiret*.

- 18) — No Cap. XIV da sua interessante “História do Brasil”, escrita em 1627, frei Vicente do Salvador refere-se a esta aventureira viagem de Luiz de Melo com bastante autoridade, por isso que seu pai foi um dos companheiros do Capitão, de entre os poucos que escaparam do desastre nos parcéis e baixios das proximidades da barra do Maranhão, o qual, depois de ter sido arrastado à ilha de S.-Domingos, foi ter à Baía, «onde se casou e me houve e a outros filhos e filhas».
- 19) — No primeiro “Atlas” do Barão do Rio-Branco, encontra-se num mapa espanhol a nota seguinte: «Ano de 1554, dia de S. martin, se perdió nesta costa al leste ala boca de marañon Luis de Mello, portugues.....»
- 20) — Ver Turíbio Medina, *in* “Descubrimiento del Rio de las Amazonas”, pg. 207.
- 21) — Estêvão Fróis, carta a D. Manuel.
- 22) — Gabriel Soares de Sousa, “Roteiro Geral”.
- 23) — Segundo o resultado das pacientes investigações de G. D’Avesac, *in* “Considerations Géographiques sur l’Histoire du Brésil”, 1857, o primeiro quinhão da capitania de João de Barros e Aires da Cunha devia começar na baía da *Traição* (*Acajutibiro*, dos potiguaras, que também se escreveu *Tibiró acajuima* e os mapas modernos grafam *Acemtibiró*). Em Gabriel Soares, cap. X, lê-se: «..... a enseada Aratipicabá, onde dos arrecifes para dentro entram naus franceses e fazem carga. D’este porto para baixo, pouco mais ou menos, se estende a capitania de João de Barros, feitor que foi da casa da India»; por tanto, regista limite diferente.

Num documento curioso, "Certidão referente a uma questão de limites da capitania de João de Barros", de 3 de Março de 1564, publicado por Ant. Baião, em 1917, verifica-se que o ponto lindeiro entre a capitania do feitor da casa da Índia e Mina e a de Itamaracá não era a baía da Traição e nem o lugar dado por Gabriel Soares, porém uma ponta de terra «que devia passar obra de meia legoa do porto» dos Búzios, o qual ancoradouro fica na barra do rio que os potiguaras chamavam *Pyramgyepepe*, segundo o mencionado documento, isto é, *Pirangí*. Realmente, dêste ponto as 100 leguas vão terminar na enseada da *Curumicuara*, a ANGRA DOS NEGROS dos antigos mapas.

24) — Manuel Severim de Faria, *in* "Vida e Obras de João de Barros"; ver também João de Barros, *Décadas*, e Diogo do Couto, *Décadas*.

25) — O Barão de Studart publicou na íntegra os forais de João de Barros e de Antônio Cardoso de Barros, documentos da sua preciosa coleção, no tomo XXIII da Revista Trimensal do Instituto do Ceará.

Conforme R. Garcia, consta do livro 21 das Doações de D. João III, fls. 187, que, por carta de 19 de Novembro de 1535, atendendo aos serviços que Antônio Cardoso de Barros, cavaleiro fidalgo, tem feito assim no Reino como em África, etc.. El-Rei lhe fez mercê de quarenta leguas de costa do Brasil, que começam da angra dos Negros, que está da banda de leste em altura de 2°, e acabam no rio da Cruz, da banda de oeste, que está em altura de 2° 1/2. (*In* Nota n. 17, da secção IX, da História Geral do Brasil do Visconde de Pôrto-Seguro.) As latitudes estão evidentemente erradas; a do rio da Cruz, extremo oeste, é menor do que a do extremo leste. Realmente, aquela deve ser de 2° 50' e esta de 3° 20'.

26) — Ler Barros, *Década* 1ª.

27) — Ver nota 17.

28) — *In* "Documentos sôbre João de Barros", publicados por Baião.

- 29) — Compulsar documentos referidos na nota anterior.
- 30) — Capistrano de Abreu publicou o seguinte: «No livro 1º. de provisões reais da Bahia, sob a rubrica: Título dos Registros das Provisões que se passam de serviço a El-Rey Nosso Senhor, que tocam a fazenda de Sua Alteza, lê-se fls. 380 v.: — A vinte e um de Junho do dito anno (1549) passou o provedor-mor (Antonio Cardoso de Barros) o traslado de um foral de sua capitania que tem nestas partes, porque manda a Rodrigo Argolo Provedor nesta Capitania da Cidade do Salvador para pôr em arrecadação todos os direitos e pensoens que pertencão ao Capitão para El-Rey Nosso Senhor; e bem assi tudo o que pertence ao dito Senhor por bem do dito Foral e que se registassem no Livro do Registro dos Foraes da Alfandega. O Barão de Studart na sua "Geographia do Ceará" transcreve certos e interessantes detalhes relativos ao donatário do Ceará.
- 31) — Barão de Studart. Ob. citada.
- 32) — Ver nota n. 28.
- 33) — Regimento de Pilotos, de Antônio de Maria Carneiro, 1655.
- 34) — Examinar mapas quinhentistas, particularmente os de Juan de la Cosa (1500), Reinell (1516), Maiollo (1519), Diogo Ribeiro (1529), Turim (1523), Alonzo de Santa Cruz (1542), Jean Rotz (1542), Descalier (1550), Diogo Homem (1558) e Vaz Dourado (1568).
- 35) — Esta certeza proveio praticamente da viagem de Francisco Orellana, que, partindo do Perú, chegou em 26 de Agosto de 1541 ao Pará. Antes, porém, supunha-se que do rio Maranhão era possível e fácil chegar às minas dos Andes, sendo mesmo corrente que neste rio havia abundância de ouro. Gomara, antes de 1552, já disto estava informado (ver a sua Hist. Gen. de las Indias, cap LXXXVII). Em 15 de Julho de 1536, depois da partida da frota de João de Barros e Aires da Cunha, Luiz Sarmiento, de Évora, escreve ao rei de Espanha: «El año pasado escriui a vuestra magestad de una armada que el serenissimo Rey ynvio de

lisboa la qual dizian publicamente que era para yr lo del Perú. y yo he visto una carta particular que escriue uno de los que fueron en la armada que queda alla muy secretamente y aca esta muy escondido esto. El qual escriue como ellos fueron a dar en la costa del Brasil y yendo por ella adelante toparan con un capitan del serenissimo rey que alla avita en cierta parte de la costa el qual se llama Duarte Coelho y dice que savido a lo que estos yban les dexo como el tenia ciertos lenguas dela tierra que le certificaban que en una sierra y provincia que estaba cabo del rio Marañon avia mucha cantidade de oro y que por otro rio que estaba mas cerca dizian estos lenguas que podian yr a dar en aquella sierra adonde dezian que avia el oro.»

Nos primeiros anos era freqüente a confusão do rio Amazonas, que os espanhóis também chamavam depois de rio de Orellana, com os rios que despejam no gôlfo do atual Maranhão; «dicen que tudo es un rio el Marañon y el de Orellana, y que nasce allá en el Perú». (Gomara)

Sarmiento, no ano seguinte, 1553, escreve novamente para o seu soberano: «Truxo [Tomé de Sousa] a un hombre hijo de un portugues, que dizem que lo hubo en una muger de alli del brasil, el qual se cryo por la tierra del brasil adelante, y esto dice que ha hesitado en el peru y que del peru bino alli por tierra y que esta mui cerca de aquello y que donde estan los portugueses en el brasil en mui pocos dias por tierra yran donde dize que ay mas minas de oro y plata que diez bezes en el peru.»

36) — Mais tarde, como se vê do Regimento de Pilôtos, A. M. Carneiro, 1655, *in* Rev. do Instituto do Ceará, tomo III, de 1889, os roteiros deviam ser licenciados e fiscalizados pela Inquisição.

37) — Ver a *Deutsche Seewarte* de Hamburgo.

38) — Conforme se lê no “Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba”. Relação feita por ordem do Pe. visitador da Companhia de Jesús, Cristóvão Garcia, provavelmente pelo padre Simão Travassos.

- 39 — *In* “Prefácio à História da Missão dos Padres Capuchinhos”, de Claude d’Abbeville. Convém observar que isto devia ocorrer no fim do XVI século, cêrca de 100 anos depois do descobrimento.
- 40) — *In* “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba”. O Pe. Vieira acrescenta (Cap. V) que: «Com esta contrariedade contínua das aguas e dos ventos,..... fica tôda a costa dêste estado quase inavegavel por barlavento».
- 41) — As obras principais que forneceram os elementos essenciais dêtes capítulos são:
- ABREU, Capistrano — 1) “O Descobrimento do Brasil”; 2) “Caminhos antigos e Povoamento”.
- BAIÃO, Antônio — “Documentos sôbre João de Barros”.
- BARROS, João de — “Décadas”.
- BERREDO, B. Pereira de — “Annaes Historicos do Estado do Maranhão”.
- BRANDENBURER, Clemente — “A Nova Gazeta do Brasil”.
- CANERIO — “Mapa”.
- CANTINO — “Mapa”.
- CASAS, Las — “Historia de las Indias”.
- CASTRO, Eugênio de — “Diário da Navegação de Pero Lopes”.
- CHAGAS, Pinheiro — “História de Portugal”.
- CONSTÂNCIO, F. Solano — “História do Brasil”.
- CORREIA, Gaspar — “Lendas da Índia”.
- COSA, Juan de La — “Planisfério”.
- D’AVESAC — “Considerations Géographiques sur l’Histoire du Brésil”.
- DERBY, Orville — “A Costa Nordeste do Brasil na Cartographia Antiga”.
- DIVERSOS — “História da Colonização Portuguesa no Brasil”.
- DIVERSOS — revistas do INSTITUTO DO CEARÁ.
- DIVERSOS — revistas do INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO.
- DIVERSOS — “Raccolta Colombiana”.
- DIVERSOS — “Torre do Tombo (Alguns documentos do Archivo Nacional da). Commemoração do quadrigentenario do Descobrimento da America”.
- FRÓIS, Estêvão — “Carta”.
- GALVÃO, Antônio — “Descobrimento do Mundo”.
- GARCIA, Rodolfo — “Três Mapas Quinhentistas”.
- GOMARA, E. L. — “Historia General de las Indias”.

- GÓIS, Damião de — “Chronica do Principe D. João”.
- HATHEMEYER, J. B. — “A Costa Septentrional do Brasil na Cartographia dos primeiros lustros do século 16”.
- HARRISSE, H. — “Discovery of North America”.
- HERRERA, Antônio — “Décadas”.
- JARDIM, Ricardo Gomes — “Descrição e Conhecença da Costa desde o Cabo de S.-Roque até o Ceará”.
- LEITE, Duarte — “Descobridores do Brasil”.
- LISBOA, João de — “Livro de Marinharia — Tratado da Agulha de Marear”, publicados pelo Duque de Palmela.
- LISBOA, João Francisco — “Apontamentos para a História do Maranhão”.
- LOPES, Pero Lopes — “Diário da Navegação”.
- MARQUES DE SOUSA, Colatino — “Roteiro da Costa do Norte do Brasil”.
- MEDINA, J. J.—“Descobrimiento del rio de las Amazonas”.
- MENDES DE ALMEIDA, Cândido — “Quem levou a notícia da descoberta do Brasil?”
- NAVARRETE, M. F. de — “Viajes por la Costa de Paria”.
- NUNES DE LEÃO, D. — “Chronicas del Rey D. Joam”.
- OSÓRIO, Jerônimo — “Chronica de El-Rei D. Manuel”.
- OVIEDO — “Historia General”.
- PACHECO, Duarte — “Esmeraldo de Situ Orbis”.
- PEREIRA, Luciano — “A Arte de Navegar dos Portugueses”.
- REINEL, Pedro — “Mapas”.
- RIO-BRANCO, Barão do — 1) “História do Brasil”; 2) “Atlas”; 3) “Seconde mémoire du Brésil”.
- RUGE, Sophus — “Los Descubrimientos Geograficos”.
- SALVADOR, Fr. Vicente do — “História do Brasil”.
- SANTARÉM, Visconde de — 1) “Améric Vespuce et ses Voyages”; 2) “Analyse du Journal de Pero Lopes de Sousa”.
- SCHULLER, R. R. — “A Nova Gazeta Alemã do Brasil”.
- SEVERIM DE FARIA, M. — “Vida e Obras de João de Barros”.
- SILVA, Caetano da — “L'Oyapoc et l'Amazone”.
- SOARES, Gabriel — “Roteiro Geral”.
- STUDART, Barão de — “Geografia do Ceará”.
- TAVARES, Contra-Almirante Raul — “Corografia da Costa do Brasil”.
- VARNHAGEM, Adolfo — 1) “Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil”; 2) “História Geral do Brasil”; 3) “Américo Vespúcio”.
- VASCONCELOS, Simão de — “Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil”.

- VESPÚCIO, Américo — “Cartas”.
- VIEIRA, Padre — “Relação da Missão da Serra de Ibiapaba”.
- VIGNAUD, Henry — “Améric Vespuce, Ses voyages et ses Découvertes devant la critique”.
- WROTH, Lawrence C. — “Libretto de Tutta La Nauigatione de Re de Spagna”, Venice, 1504; fac-símile.
-